



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

ELAINE ALMEIDA DE JESUS BARROSO

**A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL:**

Para além da academia

São Cristóvão  
2016



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

ELAINE ALMEIDA DE JESUS BARROSO

**A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL:**

Para além da academia

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> MARIA LÚCIA MACHADO ARANHA

São Cristóvão  
2016

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

B277p Barroso, Eliane Almeida de Jesus  
A produção do conhecimento do Serviço Social : para além da  
academia / Eliane Almeida de Jesus Barroso ; orientadora Maria  
Lúcia Machado Aranha. – São Cristóvão, 2016.  
91 f. : il.

Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade  
Federal de Sergipe, 2016.

1. Serviço social – Brasil. 2. Epistemologia social. 3. Teoria do  
conhecimento. 4. Assistentes sociais. I. Aranha, Maria Lúcia  
Machado, orient. II. Título.

CDU 36:001.3(091)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

ELAINE ALMEIDA DE JESUS BARROSO

**A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL:**

Para além da academia

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe em  
24 de novembro de 2016.

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Lúcia Machado Aranha (Orientadora)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vânia Carvalho Santos  
(Examinadora Externa)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria da Conceição Almeida Vasconcelos  
(Examinadora Interna)

São Cristóvão

2016

*Dedico este trabalho aos profissionais que buscam o conhecimento para o desenvolvimento de sua profissão, e que honram o seu trabalho através do respeito às pessoas.*

## **AGRADECIMENTOS**

A conclusão deste trabalho é somente um dos motivos que tenho para agradecer a Deus, que conferiu a mim a capacidade de pensar e sonhar. Pensando bem, o caminho foi longo, mas teve o tempo necessário para que eu pudesse aquietar o coração e organizar a mente. Pois nem em sonho imaginei o que esta experiência me proporcionou, um repensar sobre a vida, a amizade, e acima de tudo sobre as prioridades. Foi difícil, mas foi também encantador, rico, mas também limitador. Um misto de sentimento que me faz agradecer aos meus pais Heribaldo e Luiza, meus irmãos Virgínia, Fanyonara, Fanyomar, Patricia e Herilaine, meus sobrinhos Felipe, Letícia, Gustavo, Eduardo, Natália, Abner, Júlia, Bruno Benício, Maurício e Mariana, minha sogra Maria José, minhas cunhadas Rejane e Fabrícia e meus cunhados Bruno e Marco. A ausência doeu em mim também, mas o incentivo e o carinho de vocês me fez continuar. Amo vocês!!

No percurso, algumas pessoas foram essenciais para que eu pudesse desenvolver meus conhecimentos e minhas habilidades. Professores que sempre serão referência, Lúcia Aranha, Lica, Josiane, Conceição, Nailsa, Maria Helena e Nelmiros. Outras pessoas tornaram o caminho mais leve e divertido, Inácia Britto, Eva Lima, Catarina Dourado, Michelle Cunha e Ana Flávia Oliveira. Amigas por quem tenho respeito e admiração, obrigada meninas. Obrigada à todos os amigos e amigas que torceram por mim e que me motivaram! Em especial, agradeço à Laryssa Gabriella pela sua competência!

Chegar ao final me fez lembrar do começo de tudo, e você sempre esteve comigo Lúcia Aranha, uma pessoa iluminada que Deus colocou em minha vida. Aprendi com você a buscar o conhecimento, a ir além do que eu pensava ser capaz. Mais do que admiração, gratidão e amor a você e a sua família, em especial à minha avó Dadinha e minha irmã Lary.

Diante do cansaço físico e mental desse processo, nada foi mais revigorante do que o teu abraço meu amor. João Paulo, um presente de Deus que fez de mim a mulher mais feliz e amada. Você me impulsiona a crescer, me faz acreditar e nunca desistir. Te amo denguinho!!

## RESUMO

O foco desse estudo recai sobre a produção de conhecimento do Serviço Social no Brasil, tendo como objetivo analisar produções de assistentes sociais inseridos em espaços não acadêmicos. Para tanto, foram analisados trabalhos apresentados/publicados nos Anais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), no período de 2001 a 2013, da 10ª à 14ª edição do CBAS. As relações que permeiam a produção do conhecimento e o exercício profissional apresentam a iteratividade da formação sócio histórica brasileira, que supera a condição de cenário, pois é ativa e favorece o desenvolvimento do Serviço Social que é refletido na produção do conhecimento da profissão. Os aspectos históricos que delineiam o movimento da profissão, no âmbito interventivo e acadêmico impactam produção do conhecimento do Serviço Social. Partindo-se desse pressuposto defendem-se duas hipóteses, quais sejam: a) apesar de estabelecida a importância da dimensão investigativa nos documentos-base da profissão, os profissionais inseridos em espaços ocupacionais não acadêmicos carecem de melhor apropriação para a produção de conhecimento; b) embora esteja ocorrendo um aumento no número de produções de assistentes sociais inseridos nesses espaços, persiste uma insuficiência significativa dessa produção. No desenvolvimento dessa pesquisa foram adotados procedimentos metodológicos que a caracterizam como estado da arte, utilizando-se de fontes bibliográficas e documentais como subsídios para a análise, que considerou o enfoque quanti-qualitativo e que se fez em consonância com o método dialético. Os resultados encontrados demonstram uma conexão com a literatura sobre o objeto no tocante ao quantitativo de produções, apresentando crescimento ao longo das edições. No entanto, ao delimitar a produção do assistente social inseridos em espaços não acadêmicos vê-se a pouca representatividade desses profissionais nesse cenário, o que fortalece a necessidade de uma maior apropriação da dimensão teórico-metodológica por parte desses profissionais para a superação da segmentação da categoria entre "os que pensam" e "os que fazem".

Palavras-chaves: Produção do Conhecimento; Serviço Social; Dimensão Investigativa.

## **ABSTRACT**

The focus of this study lies with the Social Service of knowledge production in Brazil, and to analyze productions entered social workers in non-academic areas. Therefore, studies were analyzed submitted / published in the Annals of the Brazilian Congress of Social Workers (CBAS), from 2001 to 2013, from the 10th to the 14th edition of CBAS. The relationships that permeate the production of knowledge and professional practice have the iterativity the Brazilian socio-historical formation, that exceeds the setting condition, it is active and promotes the development of social work that is reflected in the production of the profession knowledge. The historical aspects that outline the movement of the profession in interventional and academic environment impact production of knowledge of Social Work. Starting from this assumption argue are two hypotheses, namely: a) despite established the importance of investigative dimension in the documents-based profession, the professionals involved in non-academic occupational areas need further appropriation for the production of knowledge; b) although with an increase in the number of social workers entered production in these areas, there remains a significant failure of this production. In the development of this research were adopted methodological procedures that characterize it as state of the art, using bibliographic and documentary sources such as subsidies for analysis, which considered the quantitative and qualitative approach and was made in line with the dialectical method. The results show a connection with the literature on the subject in relation to the quantity of production, an increase over the issues. However, to delimit the production of the social worker entered into non-academic spaces sees the little representation of these professionals in this scenario, which strengthens the need for greater ownership of the theoretical and methodological dimension by these professionals to overcome segmentation category between "thinking" and "those who do."

**Keywords:** Knowledge Production. Social Service. Investigative dimension.



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1.....	10
1. A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E O SERVIÇO SOCIAL .....	10
1.1. A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: notas introdutórias.....	10
1.2. A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL: determinações sócio históricas..	15
CAPÍTULO 2.....	30
2. O CONHECIMENTO PRODUZIDO NOS ESPAÇOS NÃO ACADÊMICOS .....	30
2.1. Fontes da pesquisa: algumas considerações .....	31
2.2. Reclassificação dos eixos temáticos.....	33
2.2.1. A produção do conhecimento não acadêmico no CBAS .....	39
2.2.2. Tipo de Autoria .....	41
2.2.3. Âmbito de atuação por edição .....	44
2.2.4. Natureza Institucional.....	46
2.2.5. Tipo de resumo .....	48
2.2.6. Eixo Temático .....	50
2.2.7. Tipo de Pesquisa .....	52
2.2.8. Tipo de Trabalho.....	53
2.2.9. Matriz teórica .....	54
2.2.10. Procedimentos metodológicos.....	56
CAPÍTULO 3.....	57
3. A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL: refletindo sobre possíveis explicações para a sua escassez em espaços não acadêmicos .....	57
3.1. O movimento do real no processo de produção de conhecimento do Serviço Social.....	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	74
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	80

## INTRODUÇÃO

Essa dissertação tem como objeto de estudo a produção do conhecimento do Serviço Social, no Brasil, a partir das elaborações de assistentes sociais inseridos em espaços ocupacionais não acadêmicos. Alguns estudos de Bourguignon (2008), Iamamoto (2002, 2003, 2012), Setúbal (2007, 2013), Netto (1996, 1999, 2005) afirmam que a produção do conhecimento do Serviço Social brasileiro alcançou a sua maturidade intelectual e tem seu espaço reconhecido nas agências de fomento desde a década de 1980, em função da ampliação quantitativa e da qualidade das produções resultantes das pesquisas desenvolvidas no âmbito dos programas de pós-graduação na área, bem como da aproximação com o marxismo.

Essa produção de viés crítico iniciou quando a categoria buscava fundamentação para fortalecer as bases de um novo projeto profissional, desde o processo de renovação, frente ao “Serviço Social Tradicional”<sup>1</sup>. Embora o processo de renovação tenha perpassado por toda a categoria, a produção de conhecimento, mesmo depois de um acúmulo teórico-crítico em espaços acadêmicos, pouco incidiu nos espaços ocupacionais não acadêmicos. Tal fato pode derivar da natureza histórica da profissão que, como uma especialização do trabalho, inscrita na divisão social e técnica do trabalho, caracteriza-se como uma profissão eminentemente interventiva no âmbito da questão social<sup>2</sup>, a partir da sua inserção predominante nas Políticas Sociais, desenvolvendo atividades de caráter assistencial, burocrático e pragmático, produzindo respostas fragmentadas e limitadas institucionalmente, que marcam sobremaneira o exercício profissional. Mota (2005, 2013) inclusive opera uma distinção entre o Serviço Social como profissão e área do conhecimento, pois a

---

<sup>1</sup>Netto caracteriza o “Serviço Social Tradicional” como uma “prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada, orientada por uma ética liberal-burguesa, que, de um ponto de vista claramente funcionalista, visava enfrentar as incidências psicossociais da ‘questão social’ sobre indivíduos e grupos, sempre pressupostas a ordenação capitalista da vida social como um dado factual ineliminável.” (2005, p. 6).

<sup>2</sup>A questão social “diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do ‘trabalhador livre’ que depende da venda de sua força de trabalho com meio de satisfação de suas necessidades vitais [...]. Tem a ver com a emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político, por meio das lutas desencadeadas em prol dos direitos atinentes ao trabalho, exigindo o seu reconhecimento como classe pelo bloco do poder, e, em especial pelo Estado.” (IAMAMOTO, 2001a, p.16-17).

[...] primazia do estatuto interventivo da profissão não assegurou a consideração dos seus objetos de intervenção como constitutivos de uma área específica do conhecimento. Isso só vai ocorrer nos anos 80 do século passado com a institucionalização da pós-graduação e a conseqüente importância atribuída à elaboração teórica. (MOTA, 2005, p. 12).

Como o crescimento da produção deve-se a elaborações de assistentes sociais vinculados à academia, profissionais que participam da pós-graduação (mestrados e doutorados) e/ou à docência, cabe indagar: os avanços teórico-conceituais oriundos da produção do Serviço Social enquanto área do conhecimento referida por Mota alcançam os espaços não acadêmicos no sentido de alterar o histórico perfil interventivo; o que e como estão produzindo os profissionais de “campo”? Com isso não se está afirmando que esses profissionais tenham que produzir o mesmo conhecimento produzido na academia, mas que deve produzir conhecimento, ainda que de natureza diferenciada. Montañó (2008) adverte que “[...] no todo asistente social tiene que producir conocimiento teórico (científico), particularmente cuando éste se desempeña en área el interventiva [...]”<sup>3</sup>, cabendo-lhe produzir “conhecimento situacional (para intervir)”<sup>4</sup>. Segundo esse autor, “cada uno, conocimiento teórico y situacional, tiene funciones y espacios propios de producción, y responden a necesidades diferentes.”<sup>5</sup> (2008, p. 171). Ainda para Montañó, no âmbito interventivo “[...] es fundamental *la apropiación de la teoría*, como recurso tendencial explicativo de los procesos sociales, *y la elaboración de conocimiento situacional* (del diagnóstico situacional y de las técnicas de intervención)”<sup>6</sup>. (2008, p. 171, grifos do autor). Nesse sentido, ressalta-se, de acordo com o autor, que entre esses conhecimentos não há relação de subalternidade, mas de complementaridade.

Na linha do que se vem problematizando, cabem outras questões: as produções oriundas dos espaços não acadêmicos estão em consonância com a direção estratégica do projeto ético-político do Serviço Social? O profissional que atua

---

<sup>3</sup>“Nem todo assistente social tem que produzir conhecimento teórico (científico), particularmente quando este atua na área interventiva” (MONTAÑO, 2008, p. 170, tradução nossa). ”

<sup>4</sup>Para Montañó (2008, p. 170), o conhecimento situacional é identificado como Diagnóstico Social e como Sistematização da prática.

<sup>5</sup>“Cada um, conhecimento teórico e situacional tem funções e espaços próprios de produção e respondem a necessidades diferentes”. (MONTAÑO, 2008, p. 171, tradução nossa).

<sup>6</sup>“[...] é fundamental a apropriação da teoria como recurso tendencial explicativo dos processos sociais e a elaboração de conhecimento situacional (do diagnóstico situacional e das técnicas de intervenção”. (MONTAÑO, 2008, p. 171, tradução nossa).

nos espaços ocupacionais não acadêmicos está recorrendo à dimensão investigativa? Como ele tem refletido sobre sua intervenção?

Considera-se que a mudança no modo de responder, no desenvolvimento das atividades profissionais, depende, em grande parte, da incorporação teórica e da dimensão investigativa pelo assistente social, já que é um profissional que atua nas manifestações da questão social e que para definir a intervenção profissional é necessário conhecer e problematizar o objeto de sua ação profissional, articulando-o com a totalidade social, no sentido de compreender as determinações daí derivadas. Esse entendimento reafirma-se quando se tem claro que a “prática social não se revela na *imediaticidade* [pois] o ser social se expressa através de *mediações* [...]” (IAMAMOTO, 2002, p. 117, grifos da autora)

Concorda-se com Fraga (2010, p. 41) quando diz “[...] que o exercício profissional do assistente social exige uma atitude investigativa constante para que não se torne meramente pragmática, sem intencionalidade e clareza de finalidade”. Com isso, tem-se demarcada a importância da pesquisa para a profissão, devendo redundar na produção e socialização de conhecimento para melhor qualificá-la.

Embora a dimensão investigativa seja fundamental para a superação do pragmatismo que permeia a atuação do assistente social, e seja preconizada pelos documentos-base norteadores da formação e do exercício profissional<sup>7</sup>, cabe verificar como a dimensão investigativa tem contribuído para o desenvolvimento da produção do conhecimento no Serviço Social em espaços ocupacionais não acadêmicos.

Nessa direção, o objetivo desse estudo é analisar a produção do conhecimento do Serviço Social, a partir das elaborações de assistentes sociais inseridos em espaços ocupacionais não acadêmicos, apresentados/publicados nos Anais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), no período 2001 a 2013. Para tanto, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Realizar pesquisa bibliográfica com vistas a elaboração do referencial teórico;
- Realizar um levantamento dos trabalhos publicados por profissionais inseridos em espaços ocupacionais acadêmicos e não acadêmicos;
- Conhecer a principal área de atuação e a natureza institucional desses profissionais;

---

<sup>7</sup>Conforme o Código de Ética Profissional, a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/93) e as Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social.

- Identificar o eixo temático predominante do conhecimento produzido por esses profissionais;
- Verificar o objeto de estudo, o tipo de investigação (teórica, empírica, documental) e matrizes teóricas que fundamentam os trabalhos selecionados;

Nessa pesquisa defendem-se duas hipóteses, quais sejam: a) apesar de estabelecida a importância da dimensão investigativa nos documentos-base da profissão, os profissionais inseridos em espaços ocupacionais não acadêmicos carecem de melhor apropriação para a produção de conhecimento; b) embora esteja ocorrendo um aumento no número de produções de assistentes sociais inseridos nesses espaços, persiste uma insuficiência significativa dessa produção.

Considerando a intencionalidade deste texto, subscreve-se a necessidade de explicitar que a análise terá por base a sociedade capitalista, a partir da configuração da formação sócio histórica brasileira, buscando apreender a relação entre elementos da formação e do exercício profissional que incidem diretamente na produção do conhecimento do Serviço Social. Partindo dessa premissa, reconhece-se a complexidade inerente a esta abordagem e alerta-se para os limites da argumentação.

A delimitação da análise ao contexto da sociedade capitalista justifica-se pela mudança na função da produção do conhecimento com as relações capitalistas de produção e reprodução social, e pela vinculação do Serviço Social a este modelo de sociedade, que se fez fecundo para o surgimento do Serviço Social e determinante para o desenvolvimento e transformações que essa profissão vem sofrendo. A formação sócio histórica brasileira apresenta o contorno da abordagem em relação à temática e assume um papel interativo, que supera a condição de cenário, pois é ativo e favorece a dinâmica com o Serviço Social, que se reflete na produção do conhecimento da profissão.

São múltiplas as mediações que perpassam essa temática: as transformações societárias e as referências filosóficas que influenciaram a profissão impactam o exercício e a formação profissional, e não apenas de forma conceitual, mas diretamente nas instituições de ensino e nos espaços sócio ocupacionais nos quais o assistente social se insere.

Referenciada no método dialético, esta pesquisa busca apreender as mediações que elucidam as relações das partes com a totalidade para revelar o real considerando suas contradições e determinações. Portanto, parte-se da aparência

dos fenômenos e por meio de abstrações, chega-se à sua essência, refletindo-se a realidade pesquisada no plano do pensamento. (KOSIK, 1995).

A pesquisa se caracteriza como teórica e documental, por utilizar fontes bibliográficas e materiais impressos ou digitais que ainda não apresentam nenhum tratamento analítico, suscetíveis a uma nova elaboração que permitirá ao pesquisador alcançar os objetivos da pesquisa. Sobre as fontes bibliográficas, será priorizada a utilização “[...] de dados, ou de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registradas.” (SEVERINO, 2008, p. 122).

Serão utilizados como fonte de pesquisa os Anais do CBAS. Esse é realizado a cada três anos e evento possui relevância no processo de publicização de ideias e de experiências da categoria e, historicamente, representa um espaço de discussão do projeto profissional do Serviço Social, demarcando, através das produções, importantes avanços da profissão e limites que são postos pela dinâmica societária. A definição desse período se justifica, nesse trabalho, por oportunizar a análise das produções realizadas por profissionais graduados após a aprovação das diretrizes curriculares nacionais.

Os Anais do CBAS reúnem, no período em exame, um total de cinco edições (10º CBAS; 11º CBAS; 12º CBAS; 13º CBAS e o 14º CBAS)<sup>8</sup> e 5.074 trabalhos aceitos, no entanto, apenas 4.808 estão disponíveis nas publicações dos eventos<sup>9</sup>.

A partir do levantamento de trabalhos que poderiam compor o universo da pesquisa, ou seja, trabalhos cujos resumos estão disponíveis, na mídia impressa ou digital, e trabalhos cujos resumos tivessem pelo menos três dos requisitos apontados pela ABNT NBR 6028 como necessários à classificação enquanto resumo informativo<sup>10</sup>, capaz de “Informar ao leitor finalidades, metodologia, resultados e

---

<sup>8</sup>As informações em relação ao quantitativos de trabalhos publicados nas edições pesquisadas do evento, divulgadas pelas comissões organizadoras dos eventos, demonstram inconsistências no que diz respeito ao número de trabalhos aceitos para publicação e ao número de trabalhos realmente publicados. A análise dos documentos revela que na 10ª edição, dos 940 trabalhos aceitos, apenas 784 trabalhos foram publicados; no 11º CBAS, dos 1.097 aceitos, 1.066 foram publicados; no 12º CBAS, dos 835 aceitos, 875 foram publicados; no 13º CBAS, dos 914 trabalhos aceitos, 963 foram publicados; e no 14ºCBAS, dos 1.288 trabalhos aprovados, 1.120 foram publicados.

<sup>9</sup>Nas edições impressas, Anais do 11º CBAS e 12º CBAS, os trabalhos que não atenderam as normas para a publicação foram contabilizados e identificados porque os títulos estão disponíveis, mas o corpo do resumo não foi publicado.

<sup>10</sup>Outros tipos de resumos também são indicados na ABNT 6028 como o resumo crítico quando traz uma análise crítica elaborada por um especialista, também conhecido por resenha ou recensão quando a análise recai apenas sobre uma determinada edição; e o

conclusões do documento, de tal forma que este possa, inclusive, dispensar a consulta ao original”.

Observou-se que alguns trabalhos foram computados, tiveram título e autoria publicados, mas que o resumo não foi publicado. Isso ocorreu apenas nas edições de 2001 e 2004, nas edições em que o material de pesquisa disponibilizado eram Anais impressos.

Vale ressaltar que o item que define o âmbito de atuação apresentou uma dificuldade não prevista, algumas instituições foram apresentadas apenas por siglas, o que gerava a necessidade de realizar uma pesquisa para identificar através de visitas em sites ou páginas de redes sociais qual o âmbito de atuação. A exemplo de uma instituição como a Secretaria de Saúde do Rio de Janeiro, sendo necessária a leitura integral do resumo para tentar identificar se fazia referência ao órgão municipal ou estadual. Ou ainda quando se tratava de Organizações Não Governamentais (ONG), em que a busca na web se fazia necessária, pois algumas instituições possuem visibilidade nacional, mas têm atuação restrita a um determinado local. Outra situação bastante comum era a apresentação apenas do nome de um núcleo ou setor, ou nome de programas e projetos que demandavam também a busca na web para identificar a que instituição o setor ou núcleo estava vinculado e qual o âmbito de atuação. Também verificou-se que algumas instituições tinham atuação em mais de um estado, mas não atingia a escala federal, então foi considerado estadual.

Outra importante questão que deve ser explicitada aqui foi dificuldade em identificar a representatividade dos eixos temáticos nas edições pesquisadas, tendo em vista que determinados assuntos estavam vinculados a um eixo temático numa edição e a outro eixo em outra edição. Por não apresentar uma distribuição consistente ao longo as edições pesquisadas, foi necessária a sua reclassificação dos trabalhos em relação aos eixos temáticos<sup>11</sup>, buscando-se alcançar uma organização que pudesse favorecer uma análise mais próxima da realidade, minimizando os efeitos da metamorfose sofrida na organização dos assuntos abordados nas edições do evento.

---

resumo indicativo quando apenas são apresentados os pontos principais, não possui dados qualitativos ou quantitativos e por isso não dispensa a consulta ao documento original.

<sup>11</sup>As informações relativas à reclassificação serão apresentadas no segundo capítulo, por ocasião da apresentação dos resultados.

As análises sobre as normas para a inscrição dos trabalhos, ficaram limitadas às edições de 2007, 2010 e 2013, tendo em vista que o material das edições de 2001 e 2004 (impressas) não estão disponíveis na internet, foram publicadas nos anais e nos relatórios dos eventos, e nem disponibilizadas pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)<sup>12</sup>. Observa-se que na maioria das vezes as comissões organizadoras definiram as normas abordando: o prazo de inscrição, quantidade de autores por trabalho, quantidade de trabalhos por autor, modalidade de apresentação trabalhos, estrutura e formatação, eixos temáticos, critérios de avaliação e informações pessoais dos autores, necessárias para a inscrição dos trabalhos. No geral, não apresentaram grandes alterações, no entanto, o nome da instituição ao qual o autor está vinculado, mesmo fazendo parte do rol de informação que o autor deveria informar, não foi publicado nos trabalhos da edição de 2013. Essa informação é essencial para esta pesquisa, e a sua ausência inviabilizou a incorporação dos trabalhos na pesquisa.

Essa investigação se desenvolve a partir de critérios que a qualificam como “estado da arte” que, para Romanowski (2006, p. 38), corresponde a um “[...] mapeamento que desvende e examine o conhecimento já elaborado e apontem os enfoques, os temas mais pesquisados e as lacunas existentes.” Trata-se de uma perspectiva quali-quantitativa, visto que “o conjunto de dados quantitativos e qualitativos [...] não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois, a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia” (MINAYO, 1994, p. 22).

Para a coleta dos dados, realizou-se um levantamento dos trabalhos a partir das edições do evento, visando identificar os espaços ocupacionais (acadêmicos ou não). A partir dessa seleção, os dados foram sistematizados de acordo com as seguintes variáveis: natureza institucional (pública e seus níveis, privada e Organização não governamental), áreas de atuação, objeto de estudo, tipo de investigação e matrizes teóricas. Realizada a sistematização, utilizando o banco de dados do Access, os dados foram interpretados em confronto com o quadro teórico-conceitual elaborado a partir da pesquisa bibliográfica, no sentido de “[...]”

---

<sup>12</sup> Foi solicitado via e-mail as normas para a inscrição dos trabalhos adotadas nas edições de 2001 e 2004. Em resposta o CFESS informou que “a informação solicitada demanda uma busca em arquivos antigos do CFESS, que se encontram em outro local físico fora da sede do CFESS. Assim, de acordo com as nossas possibilidades buscaremos a informação, porém poderá demandar um tempo maior”. Até o momento não obtivemos resposta o que nos inviabilizou de fazer uma análise completa.



compreender como se dá a produção do conhecimento em uma determinada área de conhecimento [...]". (ROMANOWSKI, 2006, p. 39).

A pesquisa se justifica pela escassez de estudos sobre a temática em tela, especialmente em relação ao recorte da produção de profissionais vinculados à espaços não acadêmicos. As inquietações da autora desde a formação profissional, através da participação em projetos de iniciação científica e durante o estágio obrigatório e não obrigatório, foram também motivadoras para a escolha do objeto. Vale ressaltar, que tais inquietações vêm se intensificando no seu exercício profissional nos diferentes espaços ocupacionais em que esteve/está inserida, pelo fato de observar que, não obstante a dimensão investigativa ser preconizada na Lei da Regulamentação da Profissão, e se constituir como um princípio formativo das Diretrizes Curriculares, a produção e a publicização do conhecimento vêm sendo pouco desenvolvida pelos profissionais inseridos em espaços não acadêmicos. Nesse sentido, o que se espera com a pesquisa é a contribuição para o exercício profissional através do aprofundamento do debate acerca da importância da produção do conhecimento advindo de profissionais inseridos em espaços ocupacionais não acadêmicos.

É através da pesquisa que o profissional reconhece não apenas as manifestações da questão social, mas os seus fundamentos, e a forma de intervenção do Estado e a funcionalidade de instrumentos e técnicas que operacionalizam essa intervenção, “a fim de identificar e construir estratégias que venham a orientar e instrumentalizar a ação profissional, permitindo não apenas o atendimento das demandas imediatas e/ou consolidadas, mas a sua reconstrução crítica”. (GUERRA, 2009, p. 1). A autora assevera ainda que a atitude investigativa e a pesquisa se fazem requisitos na formulação do projeto de intervenção e na intervenção de forma concreta.

[...] no cumprimento das atribuições e competências socioprofissionais, há que se realizar permanentemente a pesquisa das condições e relações sob as quais o exercício profissional se realiza, dos objetos de intervenção, das condições e relações de vida, trabalho e resistência dos sujeitos sociais que recebem os serviços. (GUERRA, 2009, p. 3)

O debate acerca da importância da atitude investigativa, da relação dessa dimensão com a intervenção profissional, e dos problemas ou dificuldades

enfrentadas pelos assistentes sociais para a realização de pesquisas precisa ser potencializado, tendo em vista que, o Serviço Social é posto pela divisão social do trabalho enquanto profissão “[...] essencialmente política, travestida, porém, de uma aparência de atividades dispersas, descontínuas, de caráter filantrópico, marcadas pelo fornecimento de ‘benefícios’ sociais.” (IAMAMOTO, 2002, p. 114). Chamado a intervir representando os interesses dominantes mediado pelo Estado, com vistas a minorar as manifestações da questão social determinadas pela emergência e desenvolvimento capitalista, o Serviço Social atua historicamente sobre as condições para a produção e reprodução social, fundamentadas inicialmente pela doutrina cristã, em virtude da influência e controle da Igreja Católica nas instituições de assistência e de formação desse profissional, associando o ensino à ação.

A atitude investigativa que mobiliza o assistente social a realizar estudos e pesquisas deve estar presente no cotidiano, sem a qual o profissional se torna impotente para desvendar o real para imprimir uma direção à sua prática, nas condições historicamente dadas.

O trabalho será estruturado em três capítulos, introdução e considerações finais. O primeiro capítulo tematiza brevemente a problemática do conhecimento, utilizando-se do debate acerca da sua funcionalidade ao sistema de produção e reprodução social; bem como, a produção do conhecimento do Serviço Social, de forma a contemplar as mediações que perpassam o tema no cenário brasileiro. No segundo capítulo, serão apresentadas a reclassificação dos eixos temáticos, bem como os resultados da pesquisa de acordo com as variáveis definidas no estudo. No terceiro capítulo será dedicado à reflexão sobre o objeto de estudo a partir da pesquisa bibliográfica no sentido de evidenciar possíveis explicações para os achados da pesquisa documental.

## **CAPÍTULO 1**

### **1. A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E O SERVIÇO SOCIAL**

Neste capítulo serão abordadas questões que contribuam para o entendimento da problemática do conhecimento, no tocante à sua funcionalidade ao sistema de produção e reprodução social, bem como, apontamentos de matrizes filosóficas que subsidiaram a produção do conhecimento dessa profissão, nos marcos da sociedade brasileira. Para tanto, considera-se importante discorrer brevemente sobre a produção de conhecimento em geral antes de situar a produção do conhecimento do Serviço Social.

#### **1.1.A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: notas introdutórias**

A produção do conhecimento está referenciada historicamente ao surgimento das classes sociais<sup>13</sup>, e é fundamental para que uma classe alcance e mantenha a posição de domínio sobre outras classes. Nessa disputa, é necessário mais que força material para conquistar o domínio sobre uma classe, ideias e valores contribuem para configurar a concepção de mundo que justifica essa posição. Esse conhecimento parte de elaborações individuais, porém, expressam teoricamente os interesses mais genuínos das classes sociais. Portanto, são as classes sociais que imprimem na produção do conhecimento determinada perspectiva. Nesse sentido, Tonet assevera:

Mesmo no caso em que o objetivo de uma classe seja a eliminação de todas as classes, e inclusive de si mesma como classe, a elaboração de uma concepção de mundo que justifique esse objetivo é uma condição necessária para atingi-lo. (2013, p. 17).

Na medida em que as relações entre as classes se complexificam, amplia-se a necessidade de desvendar a forma como se estabelecem as relações de produção, e as possibilidades e necessidades de transformação social, pois "[...] o conhecimento não é um fim em si mesmo, mas uma mediação para a intervenção sobre o mundo, tanto natural, quanto social." (TONET, 2013, p. 35).

---

<sup>13</sup>Segundo Tonet, as classes sociais são grandes grupos de indivíduos, cuja origem está no processo de produção e que basicamente se distinguem por aqueles que produzem a riqueza e aqueles que detêm os meios de produção e se apropriam da maior parte das riquezas produzidas. (2013, p. 16)

No entanto, para além da necessidade de se produzir conhecimento, o autor também esclarece que tanto o estudo da problemática do conhecimento – Gnosiologia - como o estudo do ser e de suas determinações – Ontologia - podem se dar a partir de dois caminhos: do ponto de vista gnosiológico, quando a prioridade, na relação sujeito-objeto, é atribuída ao sujeito; e do ponto de vista ontológico, quando a prioridade recai sobre o objeto. (TONET, 2013). A partir dessa premissa, cabe ressaltar, desde logo, que a argumentação aqui desenvolvida trata o conhecimento sob o ponto de vista ontológico. Assim,

É na perspectiva da totalidade que a produção do conhecimento pode ser entendida, como expressão particular do trabalho humano que se expressa e se objetiva através da pesquisa. Nesse contexto a pesquisa ganha significado ontológico, ou seja, existencial e laborativo, pois faz parte da natureza humana se perguntar pelo desconhecido e, através das possibilidades de respostas, atender às necessidades do homem em suas dimensões individual e coletiva, produzindo e reproduzindo sua própria existência não de forma mecânica, mas de forma complexa, processual, contraditória e histórica. (BOURGUIGNON, 2008, p. 90).

O conhecimento exerce função essencial na sociedade e assume diversas configurações que determinam seus objetivos nos distintos contextos históricos. Nessa direção, Tonet (2013) argumenta que os padrões de conhecimento registrados na história (o greco-medieval; o moderno; e o marxiano) só podem ser compreendidos à luz das condições materiais em que foram produzidos. Em sua análise, afirma que o conhecimento produzido no seio das sociedades escravista e feudal apresentavam certa similaridade, em virtude de ambas possuírem uma base material que possibilitava “[...] a elaboração de concepções nas quais o mundo tinha uma estrutura e uma ordem hierárquica definidas e essencialmente imutáveis. ” (TONET, 2013, p. 24). O denominado padrão de conhecimento greco-medieval, apesar do acúmulo do conhecimento sobre a natureza ou sobre a sociedade ser bastante precário, em função do baixo desenvolvimento das forças produtivas, e da separação entre trabalho manual e intelectual, possuía um caráter ontológico, o que não quer dizer que as elaborações grega e medieval não possuissem enormes diferenças. (TONET, 2013).

No tocante ao padrão moderno e marxiano, o autor argumenta que tal separação se justifica pelo fato de que, diferentemente de períodos anteriores em que existia a divisão em classes sociais, na sociedade burguesa “[...] não apenas uma,

mas as duas classes [a burguesia e o proletariado] abrem uma perspectiva para a totalidade da humanidade.” O que implica na produção de conhecimento que traduza a “[...] concepção de mundo que justifique e que mostre a sua superioridade em relação à classe concorrente”. (TONET, 2013, p. 18).

Nesse sentido, Tonet ressalta que Marx, ao posicionar-se favoravelmente ao projeto da classe trabalhadora, “[...] lançou os fundamentos de uma paradigma científico-filosófico radicalmente novo e que este paradigma é o que melhor permite compreender a realidade social”. Isso não significa, para o autor, o desconhecimento, negação ou desqualificação dos ganhos obtidos com os outros paradigmas, mas de compreendê-los historicamente, desde a sua origem, natureza e função na reprodução do ser social. Ou seja, “[...] nenhum deles [paradigmas] é a forma definitiva de produzir ciência, mas, ao contrário, todos eles são uma forma, histórica e socialmente determinada, de construir o conhecimento. (TONET, 2013, p. 10).

O conhecimento científico da realidade social assume uma configuração mais consistente a partir do século XIX, ao sofrer grande impacto causado pela consolidação das ciências da natureza, quando a Sociologia, História, Economia, e Ciência Política transpõem para o conhecimento da realidade social os procedimentos das ciências naturais. (TONET, 2013). Considerando a importância para o Serviço Social, serão referidas apenas as vertentes positivista, fenomenológica e marxista.

Foi a partir do positivismo de Comte que se difundiu a ideia de que os fenômenos humanos poderiam ser analisados da mesma forma que os fenômenos naturais. Essa concepção levou Durkheim, um de seus principais seguidores, a criar um método de investigação, acreditando na possibilidade de desvelar a sociedade através das suas leis de funcionamento e, com isso, elevar a Sociologia aos patamares alcançados pelas ciências “duras”. Esse pensador também defendia a ação moralizadora, a neutralidade, a objetividade e a primazia da sociedade sob o indivíduo, visando a integração social. Também se verifica que a história é concebida como uma sequência de acontecimentos. (RODRIGUES, 2006).

Durkheim buscava uma sociologia científica, com um método científico “[...] capaz de apanhar as regularidades geradas nos grupos e que se repetem nos indivíduos” (GUERRA, 2002, p. 58). Tinha grande preocupação em explicar a forma de conhecer os fatos sociais, seu principal objeto, e em detalhar rigorosamente os procedimentos da investigação, o que conferiu a marca fortemente epistemológica do seu método.

Em relação à fenomenologia, segundo a perspectiva weberiana, a ciência é “[...] um produto da reflexão do cientista ‘[...] a serviço do autoesclarecimento e conhecimento de fatos interrelacionados’”. (BARBOSA; QUINTANEIRO, 2011, p. 108). Weber aponta a necessidade de se distinguir os julgamentos de valor e o saber empírico e de utilizá-los de forma a garantir a escolha do objeto, a direção e os limites para a sua explicação, orientados por valores. Sobre o domínio da ciência empírica, Weber entende-a “[...] como um dos meios, e não um dos fins [...] a ciência não pode propor fins à ação prática. Pode, isso sim, ministrar elementos para a avaliação da conveniência de certos meios propostos para se atingirem fins dados” (COHN, 1991, p. 21). Sofreu influências de Kant e Nietzsche, que o fizeram defender uma ciência isenta de pressupostos, neutra e puramente contemplativa, ao tempo que acredita ser possível “[...] atribuir uma ordem a aspectos selecionados daquilo que se apresenta à experiência como uma multiplicidade infinita de fenômenos” (COHN, 1991, p. 22).

Em suma, seu objeto é a ação social. Aborda, dentre outras coisas, a questão da dominação e de interesses individuais; e seu objetivo é “[...] compreender e interpretar o sentido, o desenvolvimento e os efeitos da conduta de um ou mais indivíduos referida a outro ou outros” (BARBOSA; QUINTANEIRO, 2011, p. 114). Para tanto, desenvolve um método de investigação baseado no *tipo ideal*, como modelos explicativos abstratos, com ênfase na subjetividade que o afasta do materialismo histórico, reforçando o caráter epistemológico do seu método.

Diferentemente dos dois autores analisados acima, a preocupação de Marx em relação ao método está, não em sistematizá-lo, mas, em seguir fielmente a lógica do objeto. O método de Marx parte da perspectiva ontológica, ou seja, objetiva desvendar a essência do objeto, com uma análise que vai para além da aparência, através de sucessivas aproximações ao objeto.

Parafraseando Netto (2011, p. 55): “[...] não é possível, senão ao preço de uma adulteração do pensamento marxiano, analisar o método sem a necessária referência teórica e, igualmente, a teoria social de Marx torna-se inteligível sem a consideração de seu método”. Sobre o objeto de estudo, pode-se afirmar que Marx se dedicou a desvendar “[...] a gênese, a consolidação, o desenvolvimento e as condições de crise da sociedade burguesa, fundada no modo de produção capitalista”. (NETTO, 2011, p. 17).

Em relação à ciência, Marx não a identificava com ideologia, mas acreditava que ela incorporava uma visão de mundo determinada, acreditava que “[...] há pontos

de vista científicos que, vinculados a projetos sociais, refletem uma perspectiva de classe determinada”. (GUERRA, 2002, p. 85). Para Marx, a razão tinha um papel fundamental no desvendamento da história, a partir desse entendimento “concebe uma *única ciência*, que abarca ao mesmo tempo natureza e sociedade: *a ciência da história*”. (GUERRA, 2002, p. 82, grifos da autora).

[...] há em Marx uma distinção entre o modo de ser, de se constituir dos objetos e o método utilizado no conhecimento desses objetos. Ao atribuir a primazia do primeiro sobre o segundo, concebe que é o objeto que prescreve o caminho que conduz ao seu conhecimento: é a singularidade do objeto que determina o encaminhamento metodológico, do mesmo modo que a escolha do método não se reduz ao arbítrio do sujeito, mas constitui-se na angulação mais adequada à apreensão da estrutura do objeto pelo sujeito. (GUERRA, 2002, p. 82).

No pensamento de Marx, as categorias expressam as formas de ser do objeto, são objetivas e reais, históricas e transitórias. (NETTO, 2011). As principais categorias utilizadas por Marx são: a contradição, a totalidade, a negatividade, a historicidade, a mediação, trabalho, a essência, considerando a objetividade e a subjetividade na análise do objeto.

A ontologia social marxiana, fundada na práxis e centrada no trabalho, apreende a constituição do ser social como a constituição de complexos de complexos: a realidade social é uma totalidade concreta composta por totalidades concretas de menos complexidade. (NETTO, 1994, p. 37).

As relações sociais estabelecidas no modo de produção capitalista se traduzem tanto material, como nas concepções de mundo, atingindo, portanto, a produção do conhecimento, especialmente na concepção que sustenta ideologicamente as sociedades regidas por esse modo de produção. Assim, sendo o Serviço Social uma profissão criada no seio do capitalismo, inclusive com a função precípua de servir à lógica do capital, as concepções de mundo gestadas na sociedade burguesa operam no seu desenvolvimento, rebatendo na sua produção de conhecimento.

[...] o conhecimento produzido por esse pesquisador, localizado social e historicamente, deve estar a serviço das necessidades da população brasileira e propiciar condições de superação dos entraves do desenvolvimento social e humano. Portanto, é um conhecimento teórico-prático. Fernandes (1976, p. 16) conclama os pesquisadores a saírem de suas salas, de seus escritórios para participarem

ativamente da realidade social brasileira, caso contrário, as pesquisas não passarão de inspirações teóricas". (BOURGUIGNON, 2008, p. 95).

## **1.2. A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL: determinações sócio históricas**

Acompanhar a dinâmica da produção de conhecimento do Serviço Social, supõe acompanhar a dinâmica própria da profissão, chamando a atenção para momentos em que as determinações objetivas incidem na profissão levando a importantes reposicionamentos.

As mudanças operadas com a instauração do capitalismo industrial no Brasil resultaram no agravamento da questão social, cujas expressões se refletiram, mas não apenas, na redução da qualidade de vida do trabalhador, causada pelo aprofundamento urbanização acelerada no Brasil em virtude desse processo. E é em resposta a essas expressões que o Estado passa a intervir nas sequelas do desenvolvimento capitalista, estabelecendo relações com a sociedade "[...] dentro das quais o Serviço Social desenvolveu sua prática específica, respondendo organicamente às exigências da divisão social e técnica do trabalho." (CASTRO, 2003, p. 24).

Mesmo que muito fortemente influenciada pela doutrina do apostolado social e pelas obras assistencialistas da Igreja Católica, o Serviço Social legitima sua prática, na perspectiva da regulação dos processos sociais, a partir formação de seus profissionais e da inserção desses em instituições estatais. Sobre o processo de formação, ressalta-se a fundação da primeira Escola de Serviço Social<sup>14</sup> visando atender a demanda do Estado acerca da necessidade de constituir quadros com "*formação técnica especializada*" para atuar nas instituições de assistência, onde desenvolverão atividades relacionadas à *organização da assistência*, para a *educação popular*, e para a *pesquisa social*. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2001, grifos dos autores).

Na década de 1940, a atuação do assistente social se fazia legítima para a classe dominante por representar os interesses do Estado num momento em que

---

<sup>14</sup>Fundada pelo Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) na cidade de São Paulo, em 1932, priorizando uma formação doutrinária do apostolado social da Igreja Católica.



grandes instituições se formam, e o Serviço Social constitui sua prática com o intuito de “separar as famílias das classes proletárias, prevenindo sua desorganização e decadência e procurando elevar seu nível econômico e cultural por meio de serviços de assistência e educação” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2001, p. 190). Nesse período, é explícita a “[...] concordância com o processo de desenvolvimento capitalista em toda a teorização das práticas a serem desenvolvidas. Toda ela se voltará para o ajustamento do trabalhador à ordem capitalista amadurecida [...]”. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2001, p. 263). De acordo com esses autores,

Seu público preferencial – e quase exclusivo – se constituirá de famílias operárias, especialmente as mulheres e crianças. As visitas domiciliares, os encaminhamentos – de muito pequeno efeito prático, devido à carência de obras que sustentassem semelhantes técnica – a distribuição de auxílios materiais e formação moral e doméstica através de círculos e cursos, serão as atividades mais frequentemente desenvolvidas pelos primeiros assistentes sociais. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2001, p. 196-197).

Mas, “[...] ao pretender atuar sobre a ‘questão social’, negarão as transformações econômicas e sociais, isto é, a ação sobre as causas materiais da ‘questão social’, para atuar sobre os efeitos.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2001, p. 232). Dessa forma:

A implantação do Serviço Social não é [...] um processo isolado. Relaciona-se diretamente às transformações econômicas e sociais pelas quais a sociedade brasileira é atravessada, e à ação dos grupos, classes e instituições que interagem com essas transformações. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2001, p. 213).

A partir dessa compreensão, pode-se entender a dinâmica da profissão em diferentes momentos da história, e conforme Castro:

O Serviço Social - como qualquer outra atividade profissional - não tem a faculdade de se determinar nem de, por si mesmo, fixar o efeito qualitativo da sua prática. As práticas profissionais, quaisquer que sejam, têm que ser inseridas no movimento geral das relações entre as classes e visualizadas como expressão dos seus interesses, organizando respostas distintas à contradição que existe entre elas. (2003, p. 43).

Ademais, a contradição gerada pelo sistema capitalista na relação Estado e sociedade reforça a necessidade da difusão de uma ideologia comprometida com as

classes dominantes e que terão a adesão do Serviço Social desde a sua gênese<sup>15</sup>. A sustentação dessa posição, bem como a sua superação no plano teórico-político demarcam a trajetória do Serviço Social.

Essa afirmação se faz legítima quando se considera que o Serviço Social se constitui numa profissão, que como tantas outras, está marcada por diversidades, tensões e confrontos internos<sup>16</sup>, sendo tais marcas igualmente expressões da dinâmica externa. (NETTO, 1996).

Sobre a classificação da pesquisa realizada pelo Serviço Social, Baptista (2006) mostra que nas décadas de 1950 e 1960 pensadores como Gordon e Greenwood buscavam classificar a pesquisa no âmbito do Serviço Social, denominando: pesquisa básica como aquela que se destina a ampliar a base de conhecimentos da profissão sobre questões de aplicação menos imediata; e a pesquisa operacional que tinha como foco situações particulares e concretas para embasar a tomada de decisões mais imediatas da ação profissional. A autora traz ainda a percepção de Hertz, sobre a impossibilidade dessa divisão, ao afirmar que as características dos dois tipos de pesquisa, em menor ou maior grau, compõem a estrutura orgânica da pesquisa no Serviço Social. Segundo ela, para Gordon e Greenwood,

[...] a informação operada pelo assistente social no cotidiano de seu trabalho, no contato permanente com o real, pode ir além do seu caráter de uso imediato, caso seja submetida a um processo de sistematização, a um esquema classificatório que lhe possibilite tornar-se base para estudos de associações e correlações importantes para a produção do conhecimento. (BAPTISTA, 2006, p. 20).

---

<sup>15</sup>Importante iniciativa nesse processo foi o I Congresso Brasileiro de Serviço Social (CBAS) foi promovido pelo Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), em 1947, na cidade de São Paulo. O evento contou com representação de 14 escolas de Serviço Social, não tinham uma temática específica, mas agrupou suas conclusões em seis eixos: Serviço Social e Família; Serviço Social e Menores; Serviço Social e Educação Popular; Serviço Social e Lazer; Serviço Social Médico; e Serviço Social na Indústria, Agricultura e Comércio. Nesse período, as escolas ainda estavam se consolidando, com apenas 40 assistentes sociais formadas, concentradas em São Paulo e no Rio de Janeiro, cidade que sediaria dois anos depois o II Congresso Pan-Americano de Serviço Social. O II CBAS foi realizado 14 anos depois do primeiro, na cidade do Rio de Janeiro, em 1961. Promovido pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social, o evento serviu como uma preparação para a XI Conferência Internacional de Serviço Social e teve como tema “O desenvolvimento nacional para o bem-estar social”. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2001).

<sup>16</sup>Diversidade e tensões que levaram a Associação Brasileira de Ensino no Serviço Social (ABESS), hoje Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), a desenvolver uma programação voltada ao debate da produção do conhecimento na década de 1980, importante para definir o significado da pesquisa na produção do conhecimento.

Setúbal (2013) afirma que, desde meados dos anos 1960, existia uma atenção com o desenvolvimento de um instrumental eficiente que respondesse às exigências de qualificação e sistematização do espaço ocupacional, com uma intervenção consubstanciada na teoria, diante das demandas da conjuntura, revelada pela preocupação e pelos esforços com a produção do conhecimento antes da formação de mestres e doutores na área.

Ainda nessa década tem início um processo decisivo no desenvolvimento do Serviço Social brasileiro<sup>17</sup>: o Movimento de Reconceituação, que abarca o período que vai de 1965 a 1975.

Nesse período, as economias capitalistas centrais convivem com o esgotamento do padrão de acumulação capitalista que vigorou por 30 anos após a segunda Guerra Mundial. Os conflitos engendrados com a crise resultaram na mobilização e luta da classe trabalhadora em defesa dos seus interesses. Um movimento que colocava em pauta, não só as condições materiais e sociais impostas pela revolução científica e técnica, bem como colocava em xeque a própria ordem burguesa. Essa mesma ordem tinha a ditadura implantada no Brasil como uma representante de seus interesses, no quadro do desenvolvimentismo-modernizante. (NETTO, 2005).

O cenário acima descrito se faz ativo no Serviço Social ao possibilitar questionamentos ao Serviço Social tradicional, considerando a forma (padrão teórico e técnico) de atendimento das demandas, sintonizada com o regime ditatorial e, por conseguinte, com o capital monopolista. Registra-se que esse tipo de desenvolvimento influenciou sobremaneira a emergência de duas vertentes do Serviço Social: a) a “modernização conservadora” que além do compromisso com o capitalismo e com a ditadura, esforçou-se para promover uma instrumentalização que permitisse ao Serviço Social uma intervenção profissional qualificada, em consonância com as novas demandas institucionais advindas da configuração do desenvolvimento capitalista do período. Nesse sentido, as questões metodológicas

---

<sup>17</sup>Segundo Netto (2005), o Movimento de Reconceituação significou um processo de “erosão do tradicionalismo profissional”. Foi um movimento que se deu em nível internacional, embora com particularidades nacionais decorrentes das determinações das diferentes formações sócio históricas.

motivam a produção do conhecimento do Serviço Social, mas não são capazes de reposicionar a profissão no âmbito da pesquisa e da produção do conhecimento, pois:

[...] o núcleo central desta perspectiva é a tematização do Serviço Social como interveniente, dinamizador e integrador, no processo de desenvolvimento. Sob este aspecto, ela mantém uma direta relação de continuidade com o acúmulo profissional realizado na transição dos anos cinquenta aos sessenta [...]; esta continuidade, no entanto, é em si mesma, parcial e seletiva: o que se recupera do acervo anterior a 1964 exclui a vertente que concebia o desenvolvimento brasileiro como função de transformações conducentes à eversão da ordem estabelecida. O que caracteriza esta perspectiva, todavia, está longe de resumir-se à exclusão de tendências contestadoras: antes, o que lhe confere seu tônus peculiar é a nova fundamentação de que se socorre para legitimar papel e os procedimentos profissionais. (NETTO, 2002, p. 154-155).

Nesse período, registrava-se também uma perspectiva determinista e a-histórica no âmbito do conhecimento, com nítido objetivo de naturalização da sociedade, com base no funcionalismo, matriz filiada ao positivismo. (IAMAMOTO, 2012). Como produtos dessa vertente, têm-se documentos desenvolvidos a partir dos seminários de Araxá e Teresópolis, promovidos pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS)<sup>18</sup>; b) a segunda, a “reatualização do conservadorismo” tem na fenomenologia o seu aporte teórico, embora não extraído de leituras originais. Para Netto,

Trata-se de uma vertente que recupera os componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão, nos domínios da (auto) representação e da prática, e os repõem sobre uma base teórico-metodológica que se reclama nova [...]. Essencial e estruturalmente, esta perspectiva se faz legatária das características que conferiam à profissão o traço microscópico da sua intervenção e a subordinaram a uma visão de mundo derivada do pensamento católico tradicional; mas o faz com um verniz de modernidade ausente no anterior tradicionalismo profissional, à base das mais explícitas reservas dos limites dos referenciais de extração positivista. Aí, exatamente, o seu caráter renovador em confronto com o passado: o que se opera é uma reatualização dele, com um consciente esforço para fundá-lo em matrizes intelectuais mais sofisticadas. O esforço se beneficia, de lado, do descrédito cada vez mais generalizado do acervo proveniente do leito positivista; de outro, sua recusa às vertentes crítico-dialéticas se favorece do vulgarismo com que estas

---

<sup>18</sup> O Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS) foi criado na década de 1940. Esta Instituição é propulsora de políticas de desenvolvimento social, no qual possui o papel de fomentador das discussões no âmbito das ciências sociais e humanas.

foram geralmente apropriadas no marco do Serviço Social. (NETTO, 2002, p. 157).

Na contracorrente das vertentes acima citadas, destaca-se a “intenção de ruptura” alinhada ideológica e politicamente em oposição à ordem capitalista e ao regime ditatorial, em um contexto de “[...] luta explícita pela redemocratização da sociedade [brasileira], meio a um intenso processo de mobilização social”. (ARANHA; SANTOS, 2006, p. 14-15). Segundo Netto (1996), a conjuntura abria espaços para que os profissionais pudessem expressar posicionamentos críticos, de contestar a ordem burguesa, ou seja, posições ideológicas contra hegemônicas, embora o conservadorismo não tenha sido superado pela categoria profissional.

Nesse contexto as principais características dizem respeito a questões econômicas e sociais com desdobramentos para a classe trabalhadora e suas formas de organização. Assiste-se à crise fiscal brasileira, estagnação do PIB, redução dos salários, aumento da concentração de renda, precárias condições de vida e de trabalho da população e, conseqüentemente, o agravamento da questão social. E como consequência desse processo, a organização dos movimentos sociais e de sindicatos que, ainda sob o regime ditatorial, buscava uma redefinição das relações entre o Estado e a sociedade civil, levantava as suas demandas, e lutava pelos direitos dos trabalhadores e pelo retorno da democracia. (BOURGUIGNON, 2008). Em meio a esse processo:

[...] o Serviço Social participa ao lado dos trabalhadores na reconstrução da democracia no país. Ambos buscavam romper as amarras burguesas que lhes impossibilitavam desenvolver-se livremente. Assim como no país se abre a possibilidade objetiva de luta pelo poder; no Serviço Social, a perspectiva de Intenção de Ruptura trava uma luta interna para ganhar a hegemonia na profissão. (LEITE, 2007, p. 01).

A contextualidade histórica responsável pelos impactos do Movimento de Reconceituação na profissão, em seus aspectos conceituais e políticos, se traduziram, segundo Netto (2005), em conquistas e em equívocos para o Serviço Social. Dentre as conquistas, o autor aponta: a) a nova concepção da unidade latino-americana fundada na necessidade de viabilizar respostas às problemáticas comuns da América Latina, através de um intercâmbio profissional livre das influências das confessionais e imperialistas; b) o reconhecimento da dimensão política da profissão na intervenção social; c) a interlocução crítica com as ciências sociais que permitiu ao Serviço Social

uma aproximação com a tradição marxista; d) o pluralismo profissional que resultou no rompimento de concepções e práticas homogêneas características do Serviço Social Tradicional.

Em contrapartida, as conquistas acarretaram em equívocos que marcaram a profissão, como: a) o hiperdimensionamento do caráter político da profissão lhe conferiu um viés messiânico em virtude do ativismo político; b) a recusa das teorias estrangeiras, por considerar que a sua produção teórica seria mais adequada para responder às particularidades histórico-sociais da América Latina; c) o ecletismo teórico e o marxismo “enviesado” decorrentes do confucionismo ideológico originados mediante a interlocução com as ciências sociais. (NETTO, 2005).

O autor ressalta, ainda, a inconclusividade do Movimento de Reconceituação ao referir à repressão dos regimes ditatoriais instaurados em países latino-americanos, mas a afirma transitiva por nutrir o desenvolvimento da profissão, posto que de meados dos anos 1970 até o final dos 1980, o Celats promoveu “[...] investigações, seminários, e colóquios, publicação e ações de educação à distância que contribuíram para inaugurar um novo momento no processo de autoconsciência da profissão na América Latina.” (NETTO, 2005, p. 15).

Ancorada numa “massa crítica”<sup>19</sup> engendrada no âmbito da pós-graduação<sup>20</sup>, quando a produção do conhecimento do Serviço Social atingiu reconhecimento científico, muito em função da incorporação de matrizes teóricas e metodológicas compatíveis com a ruptura do conservadorismo político, teórico e metodológico, por meio de uma aproximação com fontes originais da teoria social de Marx. (LEITE, 2007; SILVA, 2005; CARVALHO, et al., 2005; SPOSATI, 2007; SETÚBAL, 2007; KAMEYAMA, 1998).

Esse reconhecimento se torna visível através da inclusão do Serviço Social, enquanto área do conhecimento, no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a partir de 1985, quando se efetiva o financiamento de pesquisas (apoio e bolsas de estudo). (KAMEYAMA, 1998)

---

<sup>19</sup>“A expressão massa crítica denota o conjunto de conhecimentos produzidos e acumulados por uma determinada ciência, disciplina ou área do saber” (NETTO, 1999, p. 102).

<sup>20</sup>“O primeiro curso de Pós-Graduação em Serviço Social foi instituído na Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/Rio, em 1972, seguindo-se, no mesmo ano, pelo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP.” (SILVA; CARVALHO, et al., 2005)

A postura crítica adotada pelo Serviço Social em relação ao sistema capitalista e às expressões da questão social, alicerçada na tradição marxista, provocou na produção do conhecimento da profissão uma dinâmica que amplia, em número e em qualidade, as produções teóricas do Serviço Social, reforçando o pensamento de Minayo quando afirma que “[...] nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática”. (1999, p. 17). Segundo Netto, a influência marxista contribuiu para a interlocução com outras áreas do conhecimento e para valorização da elaboração teórica que teve repercussão para além da categoria. Sobre essa questão, afirma Netto que a

[...] dominância dos influxos da tradição marxista [...] contribuiu fundamentalmente para outras duas notas características da década: a valorização da elaboração teórica [...] e a interlocução dos seus protagonistas, na condição de parceiros, com outras áreas de conhecimento – a intelectualidade profissional desenvolveu a sua audiência para além dos limites da categoria. Ao mesmo tempo, e explicavelmente, aquela dominância centralizou a cultura profissional no interior da academia. (1996, p. 113).

O redesenho da profissão se torna visível no Projeto ético-político do Serviço Social, que se iniciou com o Movimento de Reconceituação em meados da década de 1960, e ganhou outro patamar nas décadas de 1970 e 1980 com a crise da ditadura brasileira, abrindo espaço para a reformulação desse projeto.

Observou-se uma relevante participação dos assistentes sociais nos movimentos sociais e partidos políticos que resultou na criação de um projeto profissional que “vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero.” (NETTO, 1999, p. 105).

Esse processo de renovação do Serviço Social se fez amplo e plural, num contexto de mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais. Mudanças que remontam à dinâmica da sociedade, que apresenta um movimento determinado pelas relações oriundas do processo de produção e reprodução social e pelas relações entre o Estado e a sociedade civil. Tal movimento condiciona o papel do Estado e conseqüentemente a atuação profissional no enfrentamento das expressões da questão social e, portanto, reforça a compreensão da “[...] prática profissional na sua dimensão histórica, como uma prática em processo, em constante renovação [...]”,

donde decorre que “[...] à medida que novas situações históricas se apresentam, a prática profissional é obrigada a se redefinir.” (IAMAMOTO, 2002, p. 89).

A postura crítica adotada pelo Serviço Social em relação ao sistema capitalista e às expressões da questão social, bem como os avanços do movimento de reconceituação terão implicações no processo de formação do assistente social ao garantir, no currículo de 1982, a perspectiva da intenção de ruptura e a defesa em favor da classe trabalhadora como orientadora da ação profissional. No entanto, os equívocos decorrentes da apropriação enviesada dos referenciais marxistas trazem em seu bojo o “politicismo”, que redundou em posturas profissionais messiânicas e fatalistas<sup>21</sup>. Nesse processo, as leituras marxistas de segunda mão também trouxeram problemas para o Serviço Social, pois enquanto “marxismo vulgar” foi considerado “no campo da ação por meio do militantismo político-partidário e no campo da teoria pela vulgarização marxista e de rudimentos do estruturalismo marxista althusseriano, numa relação utilitária e pragmática com o conhecimento, tendo em vista a ação profissional imediata.” (IAMAMOTO, 2003, p. 223-224).

Muitos estudantes e profissionais já formados em Serviço Social, a partir da segunda metade dos anos 60 do século XX, estabeleceram seus primeiros contatos com o marxismo através dos movimentos sociais e da resistência à ditadura militar. (SILVA, 2007, p. 283).

Um marco para profissão, o III CBAS<sup>22</sup> se constituiu na manifestação oficial de um coletivo de profissionais, através de entidades representativas, contra o projeto conservador, o regime militar e o sistema capitalista, assumindo o compromisso com a classe trabalhadora. (LEITE, 2007). Os valores e princípios debatidos nesse congresso fundamentaram a gênese do projeto ético-político da profissão. O caráter político da profissão é fortalecido pela redemocratização do país, mas começa a se apresentar com um forte teor militante.

---

<sup>21</sup>O messianismo respondeu por uma superestimação das suas potencialidades transformadoras enquanto que o fatalismo tinha uma postura imobilista em fase do acentuado caráter reprodutivista atribuído à ação profissional numa sociedade de classes. (IAMAMOTO, 2004).

<sup>22</sup>Antes desse evento, na década de 1940 foram realizados dois CBAS, promovidos pelo CEAS. Os primeiros eventos promovidos pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS), atual Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), ocorreram na década de 1970, ficando III CBAS, 1979, conhecido como o Congresso da Virada pelo posicionamento político assumido pelos profissionais. (ERENILZA, 2010).



De acordo com Netto (1996), apesar da década de oitenta ter consolidado, no plano ídeo-político, a ruptura com o histórico conservadorismo do Serviço Social, tal ruptura não significou a superação do conservadorismo no interior da profissão. Essa ruptura “[...] significa, apenas, que – graças a esforços que vinham, pelo menos, de finais dos anos setenta, e no rebatimento do movimento da sociedade brasileira – posicionamentos ideológicos e políticos de natureza crítica e/ou contestadora em face da ordem burguesa conquistaram legitimidade para se expressarem abertamente.” (NETTO, 1996, p. 111).

Não obstante o seu hiperdimensionamento, a autor sustenta que: “a consolidação da ruptura com o conservadorismo [...] favoreceu a renovação teórico-cultural da profissão”, cujo tom predominante derivou da tradição marxista. Verifica-se, na década de oitenta,

[...] a maioria do Serviço Social no Brasil no domínio da elaboração teórica. Nesse decênio, desenvolveu-se, no interior da categoria uma “divisão de trabalho” (uma especialização) que é própria das profissões amadurecidas: a criação de um segmento diretamente vinculado à pesquisa e à produção de conhecimento. (NETTO, 1996, p. 112).

Para Netto (1996), na entrada da década de 1990, o tom predominante de cunho marxista começa a ser deslocado em virtude de vários elementos, a exemplo da queda do “socialismo real”, da ofensiva neoliberal e, no meio acadêmico a onda da pós-modernidade.

Segundo Iamamoto, o debate sobre questões teóricas e políticas com um viés crítico passou a permear a produção acadêmica, viabilizando uma releitura teórica e metodológica que resultou em “[...] uma crítica marxista dos próprios ‘marxismos’ presentes no Serviço Social” (2012, p. 235). A atenção voltou-se para as contribuições das obras de Marx, e para a necessidade de historicizar as particularidades da sociedade brasileira; e, nesse momento, o Serviço Social passa a ser objeto de sua própria pesquisa, articulando-o à relação entre Estado e sociedade civil.

Nesse sentido, a produção do conhecimento do Serviço Social avança numa perspectiva contra-hegemônica, posicionando-se criticamente em relação ao racionalismo instrumental da pós-modernidade e sua forma de encarar a pesquisa e a produção do conhecimento. Lara afirma que “Os assistentes sociais não sucumbiram às teses do ‘fim da história’, ‘fim do trabalho’, mas buscaram, ensejados

pelos seus órgãos representativos [...], fortalecer o debate em torno das principais questões que envolvem as determinações sociais fundamentando-se nos marcos da teoria social crítica.” (2008, p. 242).

No âmbito do Serviço Social, a busca por novas possibilidades de conhecimento e intervenção não decorre somente de uma intenção pessoal ou da exigência da categoria profissional, por meio de suas instâncias formais, possa fazer. Decorre da natureza interventiva da profissão, do envolvimento crítico do profissional com o processo permanente de compreensão das demandas históricas, políticas, econômicas e culturais das demandas sociais e, principalmente, da experiência social acumulada pela profissão e especificamente pelo profissional quanto ao enfrentamento das expressões da questão social. (BOURGUIGNON, 2008, p. 18).

Tal conhecimento, no entanto, ainda pode ser considerado restrito, se analisado o investimento de recursos dos órgãos financiadores, quando comparado com áreas que produzem conhecimento voltado para o desenvolvimento industrial, valorização e acúmulo do capital. (SETUBAL, 2007).

No Brasil, pesquisas apontam que a universidade é o celeiro da produção do conhecimento do Serviço Social formalmente construído, com a pós-graduação e a formação dos mestres e doutores, em que a pesquisa teve início e se consolidou. (KAMEYAMA, 1998; SETUBAL, 2007; LARA, 2008).

Questões políticas e econômicas vivenciadas em setenta e oitenta contribuíram para a entrada do projeto neoliberal nos anos 1990. Tem-se então que os sucessivos fracassos dos planos de estabilização econômica, a política de exportação adotada pelo governo, o desgaste em decorrência dos processos inflacionários, as dificuldades de investimentos do setor público, aliados à centralização administrativa, hipertrofia e distorção organizacional do Estado, concessão de benefícios e subsídios fiscais a grupos econômicos e os conflitos e tensões gerados no processo de democratização retardaram a implementação do receituário neoliberal. Este, assumido oficialmente a partir do “Consenso de Washington”<sup>23</sup>, realizado em novembro de 1989, inaugurado no Brasil com o Governo Collor, no início da década de 1990. (BEHRING, 2003). Este é o contexto em que o Brasil se abre ao neoliberalismo e estas são algumas das condições econômicas e políticas que o Brasil assume perante o capital internacional.

---

<sup>23</sup> Realizado em novembro de 1989.

Sob a influência desse contexto, o Serviço Social avança no processo de renovação reafirmando-se frente às mudanças que remontam à dinâmica da sociedade, pois, como refere Iamamoto, a “[...] prática profissional na sua dimensão histórica, como uma prática em processo, em constante renovação [...]”, donde decorre que “[...] à medida que novas situações históricas se apresentam, a prática profissional é obrigada a se redefinir.” (2002, p. 89).

Na década de 1990, trazendo em sua bagagem muitas conquistas no âmbito da formação, do exercício profissional e da organização dos assistentes sociais, aliadas aos avanços como a Constituição Federal de 1988, e Leis complementares que a seguiram, como a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), dentre outras que impactaram a profissão, legitimando o seu mercado de trabalho e direcionando a produção do conhecimento para novas temáticas. Tais conquistas, aliadas aos avanços alcançados no percurso do movimento de reconceitualização, garantiram a consolidação da profissão, visível na importante interlocução com outras áreas do conhecimento, da sua intelectualidade já reconhecida, e da vasta produção teórica, que resultou em publicações de periodicidade regular e biblioteca própria<sup>24</sup>, que atingiram países estrangeiros, principalmente na América Latina.

O projeto profissional assume nova configuração por meio da Lei da Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/93), do Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993), e das Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social (1996). Segundo Braz (2006), o projeto profissional se materializa a partir da articulação de três dimensões: a dimensão da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social; a dimensão político-organizativa da categoria; e a dimensão jurídico-política da profissão. A esse respeito, afirma ainda que “[...] O sucesso do projeto depende de análises precisas das condições subjetivas e objetivas da realidade para sua realização bem como de ações políticas coerentes com seus compromissos” (BRAZ, 2006, p. 414-415).

---

<sup>24</sup>Uma produção que teve grande incentivo de fóruns como o CEDEPSS e a ABESS, a partir de criação de meios de divulgação como: Cadernos de Pesquisa CEDEPSS; Cadernos da ABESS, que foi substituída pela Revista Temporalis; Revista Serviço Social & Sociedade, lançada pela Editora Cortez em 1979; e de revistas vinculada a Programas de Pós-Graduação. Mantém forte interlocução com a Economia, a Sociologia, a Antropologia, a Psicologia e a Teoria Política e pela discussão de temas que abordavam, desde a questão da metodologia e intervenção do Serviço Social, a polêmicas no âmbito das Ciências Sociais, como a crise de paradigmas e a crise do socialismo real. (SILVA; CARVALHO, et al., 2005).

A Lei da Regulamentação incorpora a pesquisa no exercício profissional a partir dos artigos 4º e 5º, que tratam respectivamente das competências e das atribuições privativas do assistente social. O item VII do art. 4º traz como competência profissional “planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais.” Assim como os itens: “I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social,” e “VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;” (CRESS, 2006, p. 33-35).

A partir das Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social, a dimensão investigativa ganha importância e dentre os princípios que fundamentam a formação profissional está o item “5 – Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional” (CRESS, 2006, p. 369).

As competências técnicas, teóricas e políticas levaram o profissional a ampliar suas funções, deixando de ser apenas executor terminal de políticas sociais, para atuar também na formulação, implementação e gestão dessas políticas, com uma postura crítica e propositiva. Para tanto, assinala Iamamoto:

[...] alteram-se os requisitos dos processos seletivos para os postos de trabalho valorizados pelo mercado, acompanhando a globalização. No campo do Serviço Social hoje se exige, por exemplo, um técnico versado em computação, capaz de acessar as redes de comunicação on-line, com domínio fluente de inglês [...]. Exige-se um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica, não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade. (2003, p. 49).

A contribuição que esses documentos norteadores trazem ratifica o que Netto afirma sobre o projeto profissional que, condicionado pelos processos históricos, apresenta-se como:

[...] auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições privadas e públicas [...]. (1999, p. 95).

No entanto, o projeto profissional do Serviço Social se consolida num momento em que as condições para a sua manutenção e o seu aprofundamento são bastante adversas, tendo em vista a ofensiva neoliberal impactando a sociedade brasileira a partir da década de 1990. (NETTO, 1999).

Os ajustes neoliberais implementados no Brasil a partir de reformas estruturais do governo Collor podem ser visualizados: na política anti-inflacionária; na reforma administrativa; no plano de privatizações; na liberalização comercial e no corte de subsídios agrícola, dentre outros. No governo de Fernando Henrique Cardoso a estratégia é “voltada para o mercado, que use pragmaticamente o Estado para distribuir renda e inovação tecnológica, numa sociedade heterogênea e dual, rompendo os círculos viciosos econômico e político-social.” (BEHRING, 2003, p. 176).

No contexto da crise, da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais verificam-se transformações que consolidaram, dentre outros aspectos, a flexibilização e a precarização do trabalho. Os impactos da crise alcançam mais diretamente o Serviço Social por meio das novas configurações societárias, que implicam para o assistente social a necessidade de apreender não apenas tais configurações, mas as mudanças nas suas funções frente a elas, bem como as suas condições e relações de trabalho.

O Estado neoliberal, legítimo representante do capital, fez com que a sua forma de atuação priorizasse uma intervenção voltada para a economia global, e minimizasse o seu empenho do Estado na consolidação de direitos sociais, através do seu papel regulador garantido pelas políticas sociais; que buscam atender, mesmo que de forma mínima, as reivindicações dos trabalhadores, ao incorporar demandas sociais, produzindo direta ou indiretamente serviços fundamentais à legitimação do Estado e ao atendimento de alguns dos direitos sociais, mas sem prejudicar a lucratividade do capital.

Nessa direção, o assistente social é chamado a atuar na elaboração, gestão e execução das políticas sociais, sofrendo igualmente com os efeitos deletérios impostos pelo neoliberalismo. A lógica da fragmentação e restrição dos direitos sociais conquistados recai fortemente nas condições precárias de trabalho e de vida da classe trabalhadora, e o assistente social enquanto trabalhador assalariado é afetado diretamente nesse processo.

Ademais, a percepção de que o desenvolvimento da profissão está condicionado ao movimento histórico da sociedade possibilita o entendimento de que

a apreensão da realidade pelo Serviço Social se fez, em determinados momentos, numa perspectiva conservadora, e em outros, numa perspectiva crítica, considerando as influências teórico-metodológicas que impactaram a profissão.

Para além desse tensionamento, e mediatamente a ele articulados, Simionato alerta para três desafios a serem enfrentados pelo Serviço Social: “o primeiro em relação ao ensino de qualidade, sendo aquele que transforma o conhecimento em capacidade de atuação. [...] o segundo diz respeito à investigação que, indiscutivelmente constitui a base de legitimação da excelência universitária. [...] o terceiro refere-se à atuação política dos intelectuais e seu compromisso com a vida pública. [...]”. (SIMIONATO, 2014, p. 17-18).

Tomando como pano de fundo as transformações societárias contemporâneas, Netto (1996, p. 124) antecipa algumas tendências, a médio prazo, para o Serviço Social, dentre as quais, destacam-se: “as linhas de clivagem quanto às concepções profissionais se tornaram mais nítidas, ampliando-se as diferenciações no interior da cultura profissional”. Em termos das demandas, embora não se encontrem ameaçadas, “[...] impõem ao Serviço Social a necessidade de elaborar respostas mais qualificadas”, que, por sua vez, implicam em análises teóricas que ultrapassam as demandas em sua imediatez assegurando, dessa forma, os possíveis ganhos profissionais impostos por novas questões.

Tais questões implicam diretamente na formação e no exercício profissional, e, como não poderia deixar de ser, para a produção do conhecimento na área, objeto aqui em estudo, com ênfase em espaços ocupacionais não acadêmicos, como será visto nos capítulos posteriores.

## **CAPÍTULO 2**

### **2. O CONHECIMENTO PRODUZIDO NOS ESPAÇOS NÃO ACADÊMICOS**

Este capítulo parte da premissa de que as mudanças operadas nos espaços ocupacionais do assistente social decorrem de transformações no contexto social, econômico e político, enquanto instituições que operacionalizam a resposta do Estado às expressões da questão social. A crise e a reconfiguração capitalistas impactaram na atuação do Estado quanto à garantia dos direitos sociais, gerando novas demandas à profissão. “As mudanças sofridas com e no modo de produção capitalista refletem – mas não de maneira direta e imediata – a constituição da profissão, renovando, reforçando e modificando os projetos profissionais.”(SANTOS, 2013, p.74).

A demanda exige uma nova atuação, ou uma atuação voltada para novos sujeitos que buscam por serviços profissionais nas diferentes instituições, nos diversos campos de intervenção, provocando o redimensionamento da formação e a adequação às exigências hoje requeridas.

Neste trabalho, o foco da análise recai sobre as expressões históricas que possibilitem a identificação de elementos que interferiram e interferem na forma como a profissão estabeleceu sua relação com a produção do conhecimento. E nessa direção, assume-se o compromisso na apropriação do método dialético para que a análise ultrapasse o nível da aparência e permita que o objeto se revele. Recorre-se ao contexto social que demanda a intervenção e a formação profissional do Serviço Social no Brasil para se perceber o caráter de reprodução e, simultaneamente, de superação da ordem vigente.

Nesse sentido, este capítulo pretende articular os resultados obtidos na pesquisa, acerca do conhecimento produzido em espaços não acadêmicos com as particularidades do Serviço Social.

Essa questão é extremamente relevante por ser o Brasil um país que não tem tradição de pesquisa e, no Serviço Social, pela demanda de atuação em serviços assistenciais à população mais atingida pelas vulnerabilidades geradas no âmbito do sistema de produção capitalista.

Esses dois aspectos, [...] passam a ser determinantes e ao mesmo tempo determinados pela percepção de mundo, homem, objeto e conhecimento adotados pelo pesquisador, enfim, pela forma com que esse tipo de prática social enfrenta as questões conjunturais inibidoras do desenvolvimento do saber na área social. (SETUBAL, 2007, p. 92).

Assim, esta pesquisa, em seu conjunto, busca trazer para o debate da produção do conhecimento do Serviço Social a necessidade de desvendar, inicialmente, se os assistentes sociais que atuam em espaços não acadêmicos produzem conhecimento, quanto e de onde produzem.

### **2.1. Fontes da pesquisa: algumas considerações**

Esta pesquisa, como já referido, tem por foco os trabalhos elaborados por profissionais que estão vinculados à espaços não acadêmicos, e para localizarmos esses trabalhos foi necessária a análise da totalidade dos trabalhos inscritos nas edições de 2001, 2004, 2007, 2010 e 2013 do CBAS, que totalizou 4.799 trabalhos, como mostra a figura abaixo. Esse total representa o número de trabalho disponíveis nos Anais, mas difere do total de trabalhos socializados na apresentação dos anais e nos relatórios dos eventos, que traz um total de 5.576 trabalhos aceitos/aprovados nas cinco edições. Para entender essa diferença, foram observados alguns trabalhos que constavam na lista sumário, contabilizados, mas não estavam publicados e, portanto, indisponíveis para análise, e em outras edições não foi possível identificar o causou a diferença entre o número de trabalhos aprovados e o número de trabalhos publicados.

Partindo do total de 4.799 trabalhos publicados, buscaram-se identificar quantos trabalhos tinham sido produzidos por profissionais que estavam vinculados a instituições não acadêmicas, mas ao iniciar o processo, verificou-se que vários trabalhos tinham sido publicados apenas o título do trabalho e no local reservado para o resumo contava “não atende aos critérios do evento”. Portanto, esse filtro não foi definido para a pesquisa, mas foi imposto pelos dados. Ao finalizar a verificação dos trabalhos percebeu-se que esse filtro foi responsável por eliminar 144 trabalhos. Em seguida, verificou-se que alguns trabalhos não apresentavam o nome da instituição, o que inviabilizou a identificação enquanto instituição acadêmica ou não acadêmica, o que eliminou da análise mais 1.411 trabalhos, sendo que 1.120 desses trabalhos



são da edição de 2013, ou seja, a totalidade dos trabalhos dessa edição foi invalidada para esta pesquisa. No sentido de solucionar essa lacuna, foram solicitados ao CFESS esclarecimentos e possíveis informações a respeito em julho de 2015, já que tal informação deveria constar no formulário de inscrição dos trabalhos. Como resposta, o CFESS informou que não dispunha da informação solicitada<sup>25</sup>.

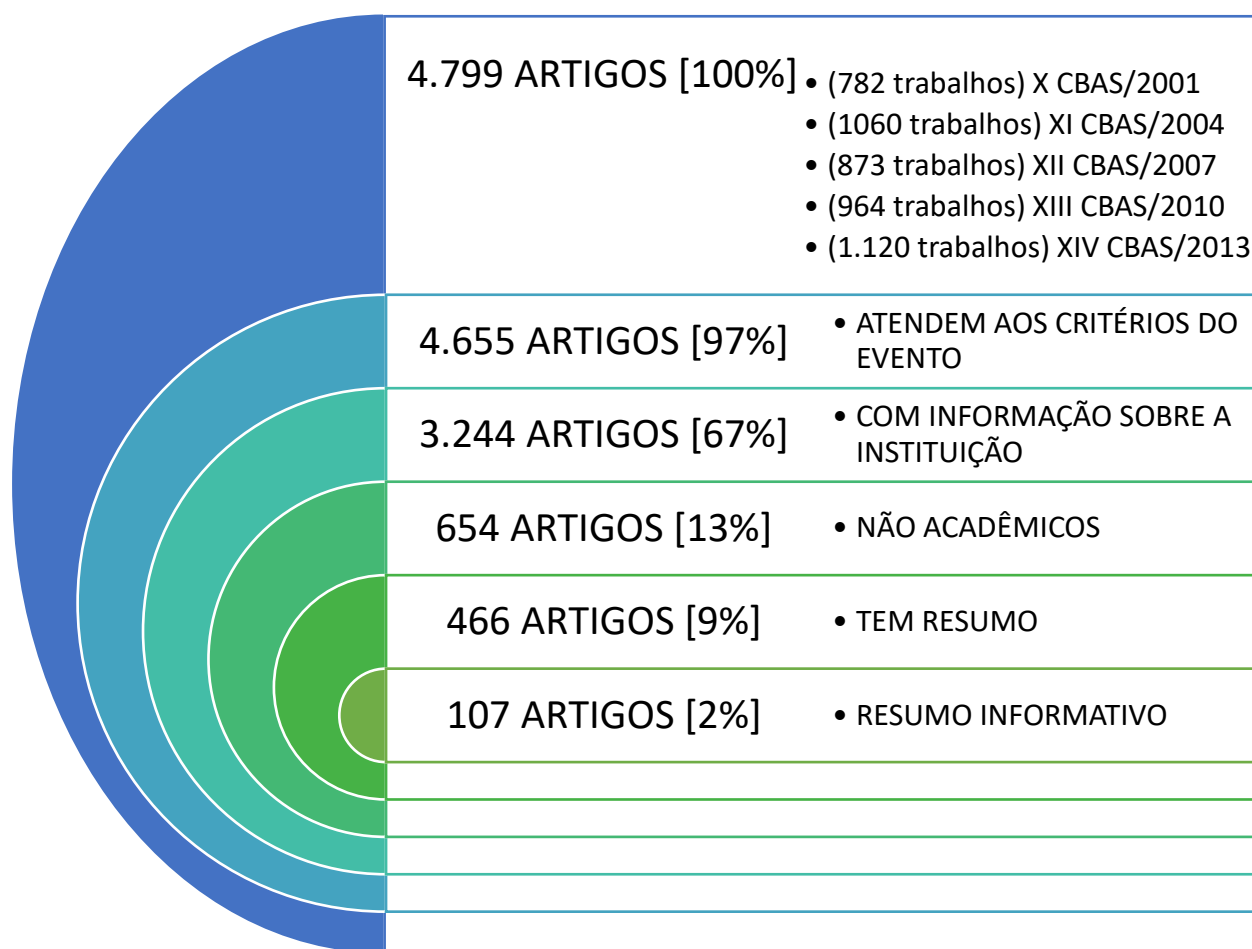
Com 3.244 trabalhos que apresentavam o nome da instituição, partiu-se para identificar se as mesmas eram acadêmicas ou não acadêmicas. Essa etapa trouxe uma dificuldade que também não estava prevista. Muitas instituições foram identificadas apenas por siglas. Para esses casos, foi necessário realizar pesquisas na web para identificar se a instituição era acadêmica ou não acadêmica. Essa identificação possibilitou que se chegasse aos trabalhos alvos da pesquisa. Foram identificados 654 trabalhos cujos autores estão vinculados a instituições não acadêmicas, eliminando-se 2.590 trabalhos da análise. Dentre os trabalhos eliminados também estão os trabalhos que apresentavam uma parceria, ou seja, autores vinculados a instituições acadêmicas e não acadêmicas. Essa decisão visou possibilitar uma leitura mais consistente, tentando eliminar também a influência da academia nos trabalhos.

Novamente, outro limite foi identificado para a análise dos dados. Observou-se que alguns trabalhos não tiveram seus resumos publicados, alguns trabalhos foram publicados na íntegra, mas não apresentaram os resumos, elemento definido para realizar a análise dessa pesquisa. Restando 466 artigos para continuar a análise. Em seguida, foi necessário classificar esses resumos de acordo com as normas da ABNT para que alguns aspectos fossem analisados. Os resumos que fizeram parte da pesquisa foram os denominados “informativos” que continham ao menos três elementos dos quatro essenciais num resumo informativo: objetivo, metodologia, resultados e conclusões. Essa fase eliminou 349 trabalhos, restando apenas 107 trabalhos produzidos por profissionais vinculados a instituições não acadêmicas,

---

<sup>25</sup> E-mail resposta do CFESS: “[...] por orientação da direção do CFESS, informo que não dispomos da informação solicitada, pois a mesma não foi incluída dentre os dados solicitados na ficha de inscrição do evento e também não foi necessária na identificação dos trabalhos. Para cada CBAS é composta uma comissão organizadora que define os critérios de organização do evento. Levaremos a sua observação ao conhecimento da comissão organizadora do próximo CBAS, a realizar-se em 2016, para que se avalie a pertinência dessa informação na identificação dos trabalhos e na ficha de inscrição dos/as participantes.

equivalente a 2% de todo o universo da pesquisa. Os dados podem ser ilustrados com a figura abaixo.



## 2.2. Reclassificação dos eixos temáticos

Conforme referido na introdução, em virtude da heterogeneidade com que foram classificados os trabalhos nas edições pesquisadas, fez necessária a reclassificação dos eixos temáticos para assegurar uma aproximação maior entre eles. A tabela a seguir traz a distribuição dos eixos temáticos originalmente apresentados nas edições do evento.

X CBAS - 2001	XI CBAS - 2004	XII CBAS - 2007	XIII CBAS - 2010	XIV CBAS - 2013
---------------	----------------	-----------------	------------------	-----------------

Infância e Juventude	Direitos Geracionais (Infância e Juventude)	Direitos da Infância, Adolescência e Juventude	Direitos da Infância, Adolescência, Juventude e Velhice	Infância, Adolescência, Juventude e Envelhecimento
Seguridade Social (Saúde)	Seguridade Social	Seguridade Social (Concepção e Financiamento)	Seguridade Social (Concepção e Financiamento)	Seguridade Social (Concepção e Financiamento)
Seguridade Social (Assistência)		Seguridade Social (Controle Social e Sujeitos Políticos)	Seguridade Social (Controle Social e Sujeitos Políticos)	Seguridade Social (Controle Social e Sujeitos Políticos)
Seguridade Social (Previdência)		Seguridade Social (Formulação e Implementação)	Seguridade Social (Formulação e Implementação)	Seguridade Social (Formulação e Implementação)
Questão Urbana, Movimentos Sociais e Meio Ambiente	Questão Urbana e o Direito à cidade	Questão Urbana, Agrária e Meio Ambiente	Questão Urbana, Agrária e Meio Ambiente: lutas sociais e condições de vida	Questão Urbana, Agrária e Ambiental
Ética, Política e Direitos humanos	Ética e Serviço social	Ética e Direitos humanos	Ética e Direitos humanos	Ética e Direitos humanos
Trabalho e Formação Profissional	O Projeto Ético-político, Trabalho e Formação Profissional	O Projeto Ético-político, Trabalho e Formação Profissional	O Projeto Ético-político, Trabalho e Formação Profissional	Trabalho e Formação Profissional do AS
Velhice e Pessoa com necessidades especiais	Direitos e garantias das pessoas com deficiência	Direitos das pessoas com deficiência e Velhice		
Família e sociedade	Famílias e Sistemas de Proteção Social	Famílias e Relações sociais	Famílias e Relações sociais	
Serviço Social e Sistema Sócio Jurídico	Serviço Social e Sistema Sócio Jurídico	Justiça, Violência e Segurança Pública	Justiça, Violência e Segurança pública	Justiça, Violência e Segurança pública
Serviço Social: Cultura, Educação e Arte	Serviço Social, Educação e Expressões artísticas	Educação, Comunicação e Cultura	Educação, Comunicação e Cultura	Educação, Comunicação e Cultura
Serviço Social e Relações de Trabalho	Políticas alternativas de Geração de trabalho e renda	Relações de trabalho e espaços sócio ocupacionais do AS	Espaços Sócio ocupacionais, Relações e Condições de Trabalho do AS	
Etnia, Gênero e Orientação sexual	Questão de Gênero, Raça, Etnia e Sexualidade	Gênero, Raça, Etnia e Sexualidade	Raça, Etnia, Gênero e Orientação sexual	Raça, Etnia, Gênero e Sexualidade

Trabalho, Direitos e Democracia	Estado, Direitos e Democracia	Questão Social, Trabalho, Estado e Democracia	Crise do capital, Estado e Democracia	
Questão Agrária, Movimentos Sociais e Meio Ambiente	Questão agrária e o Direito à terra			
	Desenvolvimento Regional, Meio Ambiente e Direito à vida	Movimentos Sociais e Organização política dos trabalhadores	Movimentos Sociais e Organização política dos trabalhadores	Movimentos Sociais e Organização política dos trabalhadores
	Direitos Humanos e Segurança Pública			
	Serviço Social e Relações de Trabalho			
	Direitos Humanos e Segurança Pública			

A reclassificação dos trabalhos buscou resolver uma problemática que não havia sido prevista na metodologia da pesquisa, no entanto, foi necessária tendo em vista a inconsistência apresentada na organização dos eixos temáticos. Ficando assim estabelecido:

1. Direitos Geracionais (Infância/Adolescente/Juventude/Envelhecimento);
2. Seguridade Social;
3. Educação/Comunicação/Arte/Cultura;
4. Crise do Capital/Estado;
5. Questão Urbana, Agrária e Ambiental;
6. Democracia/Movimentos Sociais;
7. Ética/Direitos Humanos;
8. Etnia/Raça/Gênero/Sexualidade;
9. Pessoas com deficiência;
10. Família/ Sistema de Proteção Social;
11. Formação Profissional;
12. Serviço Social/Projeto ético-político;
13. Justiça/Violência/Segurança Pública;
14. Movimentos Sociais;

## 15. Trabalho/Questão Social

Informa-se que as comissões organizadoras ou o CFESS não apresentaram quaisquer justificativas nos relatórios para a reorganização dos eixos temáticos, e nesse sentido, a organização adotada nessa pesquisa considerou as seguintes questões:

O eixo Direitos Geracionais foi assim definido nesta pesquisa para contemplar os trabalhos relacionados à Infância e Adolescência, Juventude e Envelhecimento. A isto deve-se a tentativa de tornar as edições de 2001, 2004 e 2007 compatíveis com os eixos adotados pela comissão organizadora nas edições 2010 e 2013. Ao agregar os trabalhos e unificá-los à temática geracional, percebe-se uma preocupação com melhor definição conceitual, no entanto, considerando a análise do eixo, essa unificação dificulta a percepção de qual das políticas desperta o maior interesse na produção do conhecimento do Serviço Social. Por entender que ambas apresentam desenvolvimento muito diferente no diz que respeito à normatização e à implementação dos serviços e benefícios, reforça-se a necessidade de garantir a subdivisão do eixo Direitos Geracionais para que a leitura dos dados sobre eixos temáticos possa viabilizar o impacto dos temas na produção do conhecimento.

A Seguridade Social, que nas edições 2001, 2004 e 2007 era dividida em subtemas “Assistência Social”, “Saúde” e “Previdência” e nas edições seguintes (2010 e 2013) passou classificar os trabalhos nos subtemas “Concepção e Financiamento”, “Controle Social e Sujeitos Políticos” e “Formulação e Implementação”. Nesse caso, a mudança na organização dos trabalhos inviabilizou que essa pesquisa pudesse analisar qual a política pública no âmbito da Seguridade Social causaria maior impacto na produção do conhecimento do Serviço Social, seja em virtude de questões inquietantes geradas pelo contexto de acesso e restrição de direitos; da organização de dados e informações disponibilizadas ou mesmo pelas relações e condições de trabalho (influenciadas pelo âmbito de trabalho, natureza da instituição, política de capacitação e jornada de trabalho<sup>26</sup>).

No tocante ao eixo Educação/Comunicação/Arte/Cultura a mudança ocorreu já na edição de 2007, no entanto, percebe-se que foi mais uma alteração na nomenclatura dos assuntos abordados do que uma reclassificação da temática.

---

<sup>26</sup>Lei de redução da carga horária para 30 horas de alguns “o INSS não viabilizou) da lei nº 12.317, de 27 de agosto de 2010

Também no eixo Etnia/Raça/Gênero/Sexualidade observam-se alterações na nomenclatura, não em função de uma adequação aos termos utilizados legalmente. O tema “sexualidade”, por exemplo, assim denominado nas edições de 2004, 2007 e 2013, foi substituído pela expressão “orientação sexual” nas edições de 2001 e 2010. Como não foi identificada a fundamentação legal para a utilização desses termos, possivelmente, a explicação se deve a mudanças na abordagem pelos movimentos sociais.

Em relação do eixo denominado nessa pesquisa como Crise do Capital/Estado, considerou-se a necessidade de separá-lo de outras temáticas como Democracia, Direitos, Questão Social e Trabalho, que estavam agrupadas, ampliando ou restringindo os assuntos abordados ao longo das edições.

O eixo Questão Urbana, Agrária e Ambiental definido nesse trabalho para facilitar a análise da produção do conhecimento do Serviço Social, assim se fez apenas reunindo trabalhos que nas edições de 2001 e 2004 foram apresentados em eixos que separavam a questão urbana da questão agrária. Mas nas edições de 2007, 2010 e 2013 já tratavam o debate permeada pelo viés da territorialidade e das políticas públicas que respondem às especificidades.

Quanto ao eixo Pessoas com deficiência, observa-se que a temática sofreu alterações quando a nomenclatura e a abrangência dos assuntos abordados. Em 2001 o eixo aparece nos termos “pessoa com necessidades especiais”, e nas edições de 2004 e 2007 já sendo reportada como com o termo “pessoa com deficiência”. Essa alteração demonstra uma preocupação das comissões organizadoras em relação às ao marco legal da temática. A partir do final da década de 1990 grandes avanços em direção à regulamentação de direitos podem ser observados, no entanto, a definição quando ao termo que melhor representa o usuário dessa política foi oficializado apenas em 2010, com a portaria 2.344/2010 da Secretaria de Direitos Humanos. Importante ressaltar que nas edições de 2001 e 2007 o eixo apresentou uma associação com a temática do envelhecimento e que nas edições de 2010 e 2013 o eixo foi suprimido. Essa decisão direciona os trabalhos relacionados à temática em tela para o eixo que trata da questão dos direitos humanos, que, apesar de significar um avanço em relação à questão conceitual, não apresenta subdivisão para questões específicas, inviabilizando uma leitura da representatividade da temática no eixo. Nesse sentido, a alteração apresenta um caráter contraditório, pois se por um lado temos a consolidação da política pública para pessoas com deficiências no contexto

social, por outro, temos no panorama da produção do conhecimento do Serviço Social, observou-se a supressão de um eixo específico.

As observações sobre Ética e Direitos Humanos indicam que a temática está presente como um eixo em todas as edições pesquisadas, demonstrando a importância atribuída à temática pelas comissões organizadoras dos eventos. Outra observação, refere-se ao termo “política” utilizado na edição de 2001. Sem elementos para realizar a análise profunda dessas alterações na nomenclatura do eixo ao longo do período pesquisado, este trabalho limita-se a apresentar alguns questionamentos. Sem a presença de subdivisões para a temática ética, dificulta a identificação de quais aspectos estão despertando interesse e evoluindo na produção do conhecimento do Serviço Social, a ética na formação, no exercício, seus fundamentos, na política pública direcionada ao usuário? E sua relação com os direitos humanos?

Os trabalhos que nessa pesquisa foram reclassificados no eixo Família/Sistema de Proteção Social, ao longo do período de 2001 à 2010, pertenciam a eixos que sofreram algumas alterações quanto à nomenclatura, mas que preservaram uma temática ampla e generalista, e que podem ter causado certa confusão na classificação dos trabalhos. Trazer termos tão genéricos como “Sociedade”, “Família”, “Proteção Social” e “Relações Sociais”, possivelmente, fizeram com que alguns trabalhos pudessem ter sido cadastrados nesses eixos ou em outros que traziam assuntos mais específicos. A supressão do eixo na edição de 2013 pode ter ocorrido pela comissão organizadora ter considerado a problemática.

Em relação ao eixo Formação Profissional, aparece em todas as edições, associados com as temáticas “Trabalho” e “Projeto ético-político”. Nessa pesquisa a decisão de separar os trabalhos desse eixo pautou-se na necessidade de verificar a representatividade, a relevância, o interesse no processo de formação profissional por reconhecer que as pesquisas produzidas podem ter um impacto, mesmo ciente de que a formação profissional é parte integrante do Serviço Social/Projeto ético-político. Da mesma forma, tem-se como relevante perceber o quanto a categoria tem se debruçado sobre as questões teóricas e práticas da materialidade do Projeto ético-político da profissão observadas no eixo Serviço Social/Projeto ético-político.

Sobre o eixo Justiça/Violência/Segurança Pública observa-se que nas edições de 2001 e 2004 as questões estavam voltadas para a atuação do assistente social no campo sócio jurídico, enquanto que nas edições de 2007, 2010 e 2013 há uma ampliação dos conceitos, colocando para o Serviço Social a necessidade de

reflexões acerca das políticas públicas de Justiça e Segurança Pública, além da questão da violência, trazendo para o debate umas das expressões da questão social e o seu enfrentamento.

O eixo de Movimentos Sociais também é uma temática presentes em quase todas as edições, sendo suprimido apenas na edição de 2004. Na edição de 2001, o termo “movimentos sociais” está presente em dois eixos, “Questão urbana, movimentos sociais e meio ambiente”, e “Questão agrária, movimentos sociais e meio ambiente”. Observando a estrutura desses eixos, percebe-se que foi uma tentativa de especificar a abrangência das discussões, parte conceitual da temática, a organização política em torno da temática e as consequências para o meio ambiente, delimitando que a discussão sobre movimentos sociais seria relacionada aos temas. No entanto, caso fosse necessária essa especificação, os demais eixos também deveriam apresentar essa estrutura, por exemplo, a questão de gênero poderia ser estruturada, trazendo a questão conceitual, política pública e movimentos sociais. Isso explica a opção de reclassificar o eixo como Democracia/Movimentos Sociais, possibilitando agregar trabalhos o tematize.

No tocante ao eixo Trabalho/Questão Social observou-se que a categoria “Trabalho” se fez presente apenas nas edições de 2001 e 2007, enquanto “Questão Social” apareceu somente na edição de 2007, embora diversas das suas expressões tenham sido identificadas ao longo das edições. A decisão de tratar essas temáticas como um eixo deve-se à sua centralidade para a profissão. O “Trabalho” por ser o elemento fundante da sociabilidade e a “Questão Social” à ele articulada no capitalismo pelo fato de se constituir na razão de ser do Serviço Social.

Portanto, essa reclassificação possibilita conhecer a representatividade dessa temática na produção do conhecimento do Serviço Social.

#### 2.2.1. A produção do conhecimento não acadêmico no CBAS

A premissa de que o conhecimento deve ser a tradução de processos históricos reais, fundamentou a decisão de que esta investigação buscasse os determinantes para análise da produção de conhecimento do Serviço Social, realizada por profissionais inseridos em espaços ocupacionais não acadêmicos, no maior evento nacional dos assistentes sociais, o CBAS. O que se chamou de decisão aqui,



na verdade foi a tentativa de se seguir os caminhos apresentado pelo objeto de estudo.

O congresso é uma possibilidade para debater sobre: a formação de sujeitos coletivos e as possibilidades de organizar lutas sociais anticapitalistas; as tendências das políticas sociais, o feminismo em sua relação com o marxismo e com o Serviço Social; a tendência contemporânea de criminalização da pobreza e instituição de um estado penal; a organização político-sindical da classe trabalhadora e o Serviço Social; o racismo, a desigualdade nas relações de gênero e a homofobia e suas implicações na singularidade de vida dos indivíduos no âmbito das respostas profissionais e na vida social; o trabalho de assistentes sociais nas políticas de saúde e de assistência social. (CFESS, 2008/2011, p.219-220).

O resultado da pesquisa mostra que, em termos quantitativos, há crescimento de aproximadamente 43,2% na produção de artigos direcionados a um dos mais importantes eventos do Serviço Social Brasileiro, ao longo do período analisado. Este resultado que pode estar relacionado ao processo de valorização da dimensão investigativa do projeto ético-político vigente.

A edição de 2013 foi a que apresentou um maior número de trabalhos publicados, no entanto, todos os trabalhos dessa edição foram eliminados da pesquisa por não apresentar o nome das instituições dos autores. Do total de trabalhos das demais edições, o destaque aqui é dado aos CBAS de 2004, realizado em Fortaleza/CE, com 1.060 trabalhos publicados, seguido da edição de 2010, realizada em Brasília/DF, com 964 trabalhos. Os menores números foram apresentados nas edições do Rio de Janeiro/RJ, como 782 trabalhos; e na edição realizada em Foz do Iguaçu/PR, com 873 trabalhos.

Como a publicação dos trabalhos implica obrigatoriamente na participação de ao menos um dos autores, os números que expressam a produção do conhecimento do Serviço Social podem sofrer impactos de fatores que não ultrapassam a presença da atitude investigativa, o reconhecimento da pesquisa e produção para a valorização e a socialização do conhecimento; aspectos como o local onde o evento será realizado e o valor da inscrição podem contribuir para explicar alguns números. Na edição de 2007, apontada nesta pesquisa como uma das que apresentou o menor número de trabalhos publicados, foi identificada uma nota de esclarecimentos<sup>27</sup> da comissão

---

<sup>27</sup> Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais vem sendo realizado de forma descentralizada nas diversas regiões do Brasil, de modo a contemplar o máximo possível de participação

organizadora que trata dos dois aspectos levantados acima, na tentativa de justificar a escolha do local e os valores praticados na inscrição do evento, em função de queixas da categoria.

Ademais, os relatórios do CFESS e os Anais dos eventos, na maioria das vezes, informam apenas o número de trabalhos aceitos/aprovados e não o de trabalhos inscritos, permitindo uma análise quantitativa acerca da qualidade dos trabalhos, e não sobre o interesse e disponibilidade do profissional em produzir. (Ver gráfico 1).

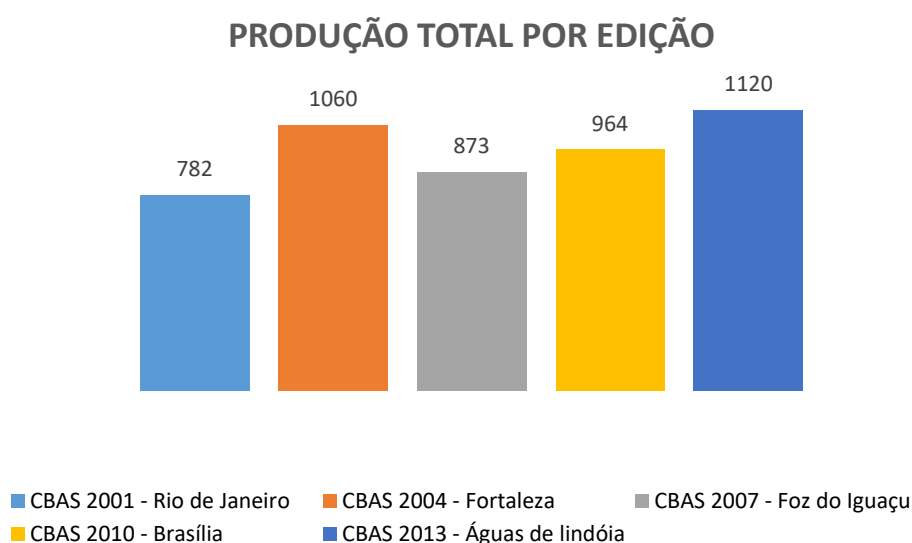


Gráfico 1

### 2.2.2. Tipo de Autoria

A vinculação institucional dos autores dos trabalhos se constitui em um requisito para o alcance dos objetivos dessa pesquisa. No entanto, verificou-se esses trabalhos representam apenas 14%, ou seja, 654 trabalhos “não acadêmicos”. Os

---

profissional. O Estado e cidade do evento são sempre indicado no Encontro Nacional CFESS/CRESS, respeitando o rodízio entre as regiões. [...] Diferentemente do que vem sendo veiculado pela internet, os eventos não serão realizados em “um hotel 5 estrelas” (o que estaria encarecendo o evento), mas no Centro de Convenções de propriedade do Rafain Palace Hotel, e que fica ao lado do hotel. [...] Temos clareza que os valores são altos se comparados à média salarial predominante, o que resulta das políticas neoliberais em curso de congelamento de salários e baixos índices de reajuste salarial, o que combatemos ferozmente. Mas infelizmente, esses foram os menores valores que conseguimos chegar e que asseguram a realização do evento, diante do custo dos preços e serviços praticados no mercado e que têm tido reajustes anuais de mais de 50%.

trabalhos “acadêmicos” acumularam um total de 2.490 (52%) e os trabalhos elaborados em parceria (acadêmicos/não acadêmicos) somam 96 trabalhos e representam apenas 2% do total pesquisado. Os trabalhos que não apresentaram a vinculação institucional dos autores totalizaram 1.409 trabalhos (29%). (Gráfico 2)

Considerando que o CBAS é um evento voltado para a troca de experiências da categoria, a expectativa era encontrar uma maior representatividade dos trabalhos “não acadêmicos”, visto que o âmbito acadêmico possui outros eventos como o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS).

O número de trabalhos inscritos reforça que o CBAS vem se fortalecendo não só pela sua natureza político-científica, cujos debates subsidiam a construção da agenda das entidades nacionais da categoria para o próximo triênio, mas também por ser um importante espaço de divulgação da produção científica e técnica da área do Serviço Social. "É uma excelente oportunidade de trocar experiências, socializar sua pesquisa ou os resultados do seu trabalho, participando assim da construção coletiva do Serviço Social brasileiro", reforçou a presidente da ABEPSS e integrante da comissão organizadora do CBAS. (BEHRING, 2010).

No entanto, esta pesquisa revela a pouca participação de profissionais que estão em espaços não acadêmicos. Esta constatação reforça a leitura de uma prática profissional historicamente empirista, restrita ao caráter interventivo.

### TIPO DE AUTORIA

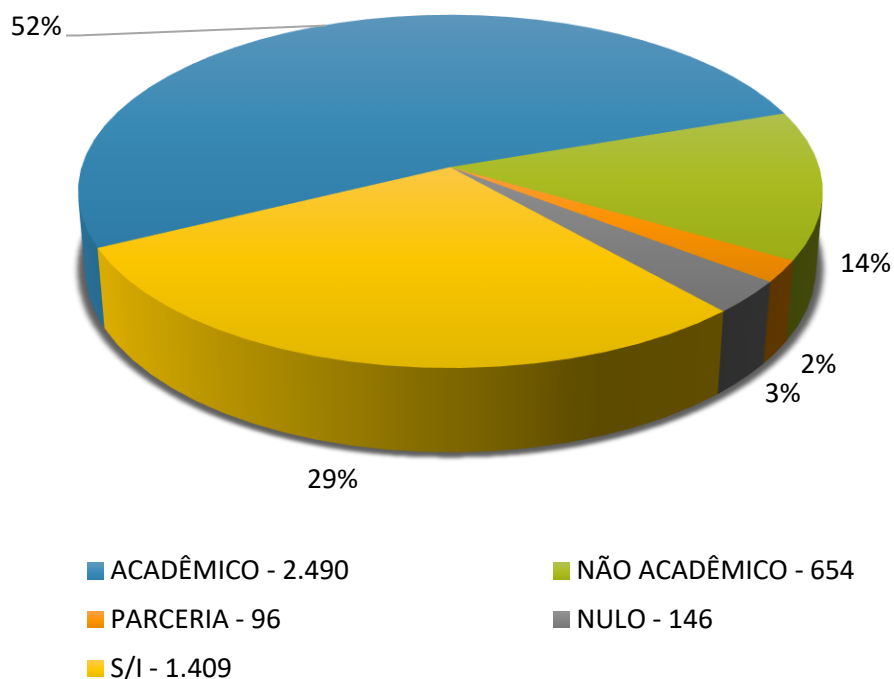


Gráfico 2

Visando uma melhor compreensão dos dados sobre a questão da autoria dos trabalhos, o gráfico abaixo traz os resultados numa perspectiva por edição do evento. Esta forma de rever os dados, promove a identificação de que a edição de 2007 apresentou o maior número de trabalhos “não acadêmicos”, numa perspectiva acima da média das demais edições. Em relação aos trabalhos “acadêmicos” os números reservam certo equilíbrio entre as edições.

### TIPO DE AUTORIA POR EDIÇÃO

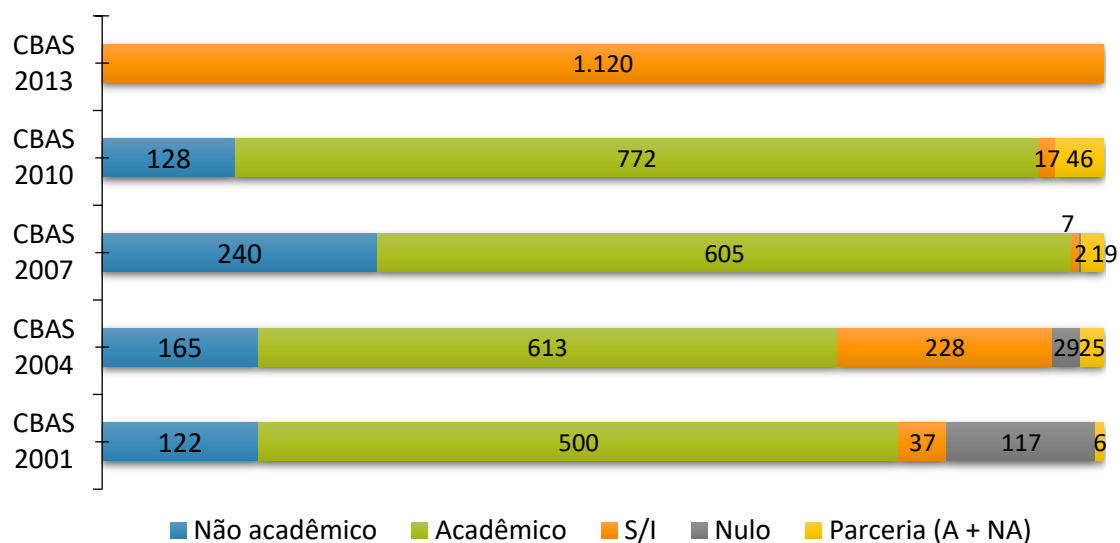


Gráfico 3

#### 2.2.3. Âmbito de atuação por edição

A decisão de trazer o âmbito de atuação para o debate da produção do conhecimento por parte dos profissionais inseridos em instituições não acadêmicas partiu da necessidade de se perceber qual o impacto das condições de trabalhos para as condições de produção do conhecimento. Ao verificar que 330 (51%) dos trabalhos “não acadêmicos” foi produzido no âmbito municipal; 198 (30%) no âmbito estadual, e 109 (17%) no âmbito federal, numa leitura superficial poderia nos levar a uma análise de que os profissionais do âmbito municipal são os que mais produzem e conseqüentemente, de que eles também possuem as melhores condições para produzir. No entanto, esses dados quando confrontados com os do estudo sobre o perfil profissional organizado pelo CFESS, evidenciam que, proporcionalmente, os âmbitos de atuação mantêm uma média de produção equilibrada, pois a representatividade do âmbito municipal está em torno de 40%, o estadual 24% e o federal 13%. (CFESS, 2005).

## ÂMBITO DE ATUAÇÃO - NÃO ACADÊMICO

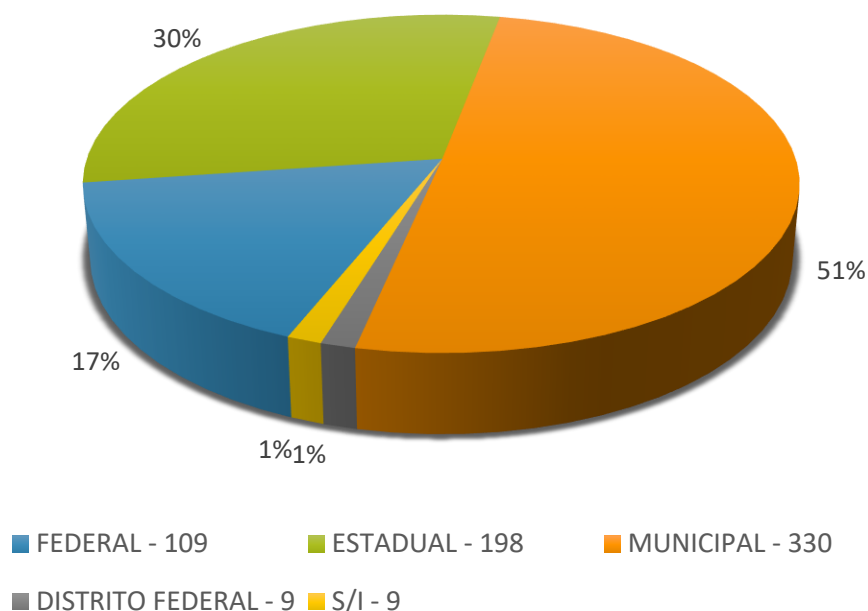


Gráfico 4

Um outro aspecto a ser destacado é que, o processo de descentralização dessas políticas a partir da municipalização, muitas vezes, ocorre de forma seletiva, focalizada e precarizada em decorrência de problemas de diferentes ordens, como recursos financeiros, infraestrutura, insuficiência de quadros funcionais, falta de capacitação para as novas formas de gestão, ingerência política, dentre outros.

Esta análise sobre o âmbito de atuação dos profissionais inseridos em espaços não acadêmicos trazia consigo uma previsibilidade, no sentido que várias pesquisas já apontavam sobre essa tendência em virtude do processo de municipalização das políticas públicas. No entanto, o que chama a atenção nos dados é a redução na produção de artigos por profissionais inseridos no âmbito municipal, depois de um processo de ampliação no número dessas publicações ao longo de três edições, quase uma década de avanços nesse espaço. E numa escala menor, também identificamos esse recuo na esfera federal. Possivelmente o elemento que pode explicar é a aprovação do SUAS em 2004 que pode explicar a significativa ampliação na edição de 2007, com um percentual de 113% de crescimento em relação à edição 2001.

### ÂMBITO DE ATUAÇÃO - NÃO ACADÊMICO - POR EDIÇÃO

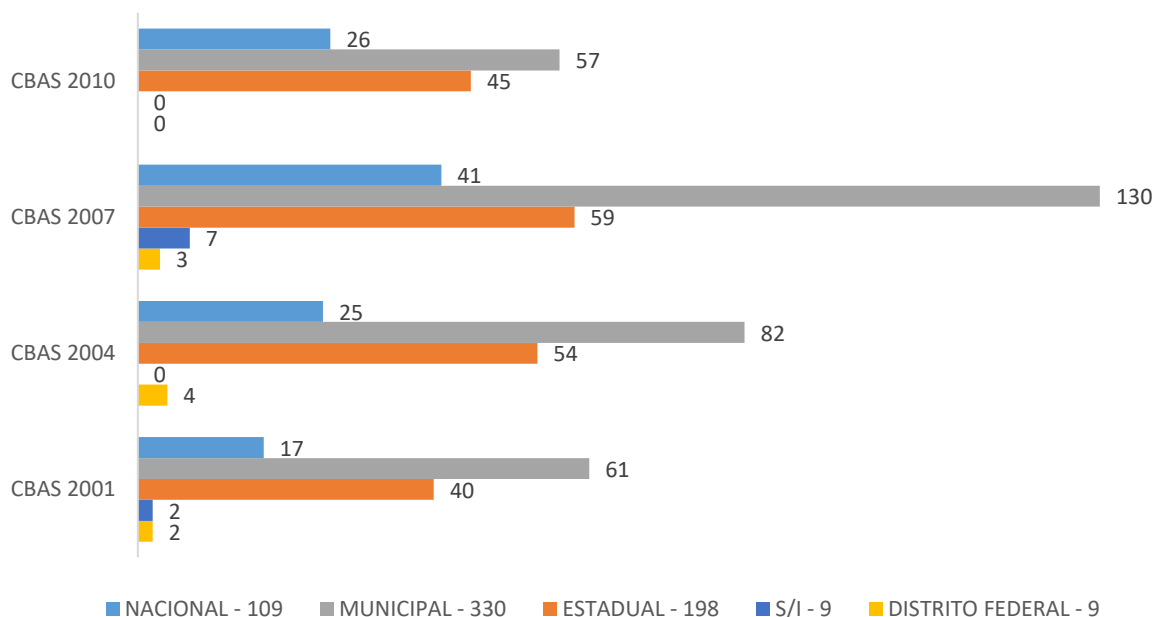


Gráfico 5

#### 2.2.4. Natureza Institucional

As questões que envolvem a natureza institucional dos espaços ocupacionais da profissão poderiam ser apresentadas apenas considerando os aspectos históricos da profissão no Brasil. A afirmativa de que o Estado é o maior empregador do assistente social continua sendo válida ainda na atualidade, se considerarmos os dados do censo do CFESS e de outras pesquisas. Essa tendência histórica do Serviço Social, sobre a sua vinculação do Serviço Social ao Estado, está baseada no fato de que a razão de ser do Serviço Social, desde a sua origem, reside no fato de atuar nas expressões da questão social, cujo enfrentamento cabe ao Estado.

Os profissionais que estão produzindo estão majoritariamente inseridos nos espaços públicos, ratificando uma tendência histórica. A pesquisa revelou que 571 (87%) eram trabalhos produzidos por profissionais inseridos em espaços públicos, enquanto que 48 (7%) nas ONG's, 14 (2%) em instituições de economia mista, e apenas 10 (1%) em instituições privadas. (Gráfico 6)

## NATUREZA INSTITUCIONAL - NÃO ACADÊMICA

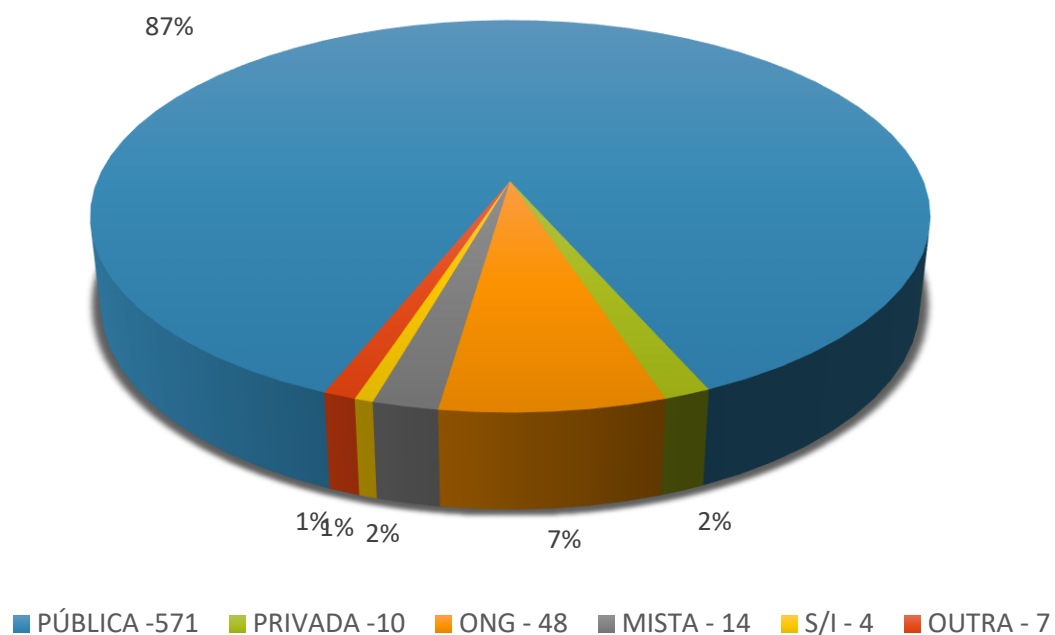


Gráfico 6

O mesmo movimento identificado nos dados sobre o âmbito de atuação pode ser visualizado nessa variável também. A participação de profissionais inseridos em espaços públicos também sofreu uma redução na edição de 2010.



## NATUREZA INSTITUCIONAL POR EDIÇÃO

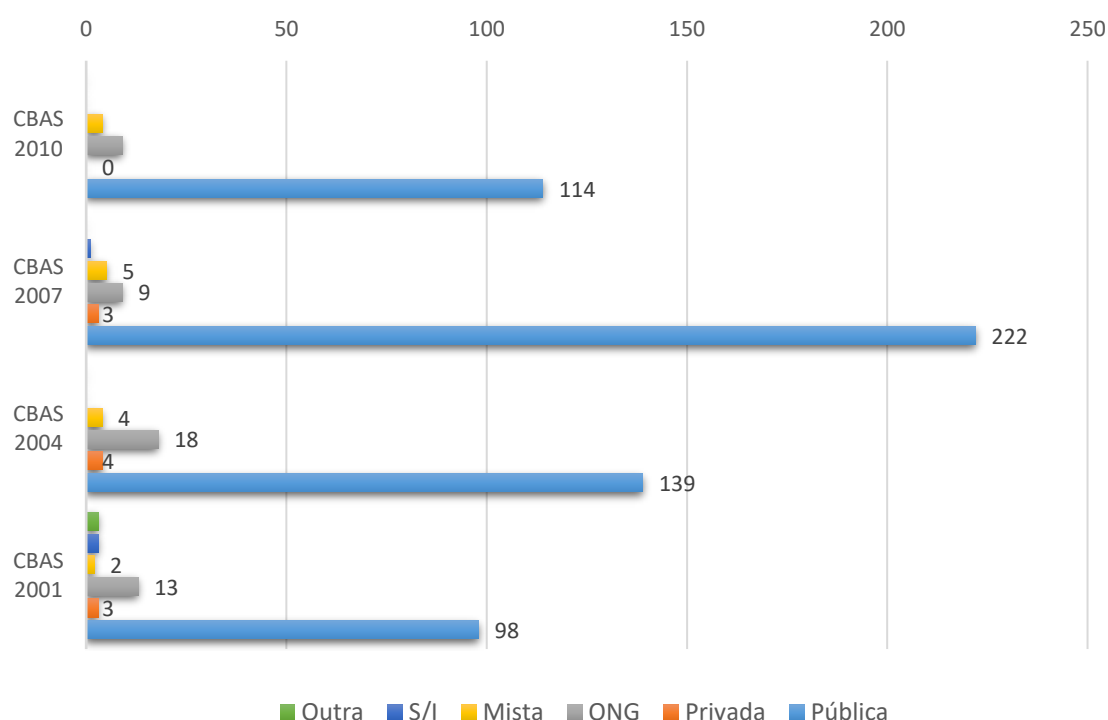


Gráfico 7

### 2.2.5. Tipo de resumo

Esta pesquisa definiu que a classificação dos trabalhos seria realizada considerando os resumos apresentados, tendo em vista que este item proporciona o reconhecimento das ideias que demarcam o trabalho. Vale destacar que o resumo não é um recorte fiel ou uma cópia autêntica das ideias abordadas no texto, e sim um outro texto mais conciso, mais sintético, que preserva as ideias originais do trabalho e, sobretudo, as principais. Dessa forma, se faz imprescindível que as normas da ABNT sejam consultadas para a elaboração desse texto, onde encontra-se os tipos de resumos e as suas principais características.

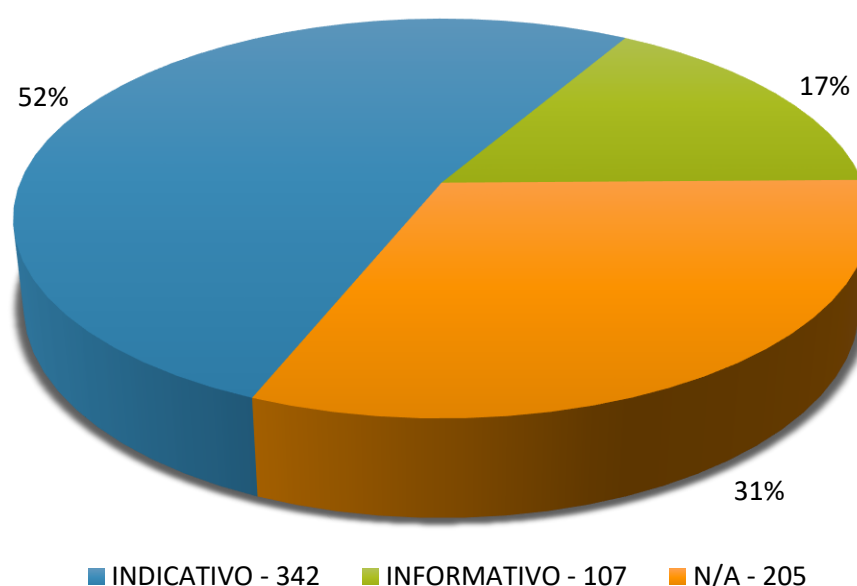
Definir o tipo de resumo apresentado nos trabalhos aprovados no evento em tela decorre da necessidade de ter parâmetros objetivos que possibilitassem uma análise consistente dos resumos investigados.

Dos 654 trabalhos “não acadêmicos” encontrados nas edições pesquisadas percebe-se que 342 (52%) apresentaram resumos classificados como “indicativo”, 107 (17%) como “informativo” e 205 (31%) foram classificados na opção “Não se aplica

(N/A)” por não apresentarem resumos nos trabalhos. Nesses casos, foram identificados somente título e o corpo do trabalho, inviabilizando a análise desses trabalhos.

Esses resultados revelam que apesar da já escassa a participação dos profissionais inseridos em espaços não acadêmicos, quando os mesmos conseguem produzir e socializar os trabalhos observa-se a não a falta de rigor aos critérios definidos pela ABNT para compor a estrutura dos resumos.

#### TIPO DE RESUMO - NÃO ACADÊMICO



Considerando as edições do evento, pode-se destacar que o CBAS de 2007 apresentou o maior número de trabalhos sem resumos (180) ilustrados no gráfico pelo item “N/A”, e que no CBAS de 2001 e 2004 todos os trabalhos publicados possuíam resumos.

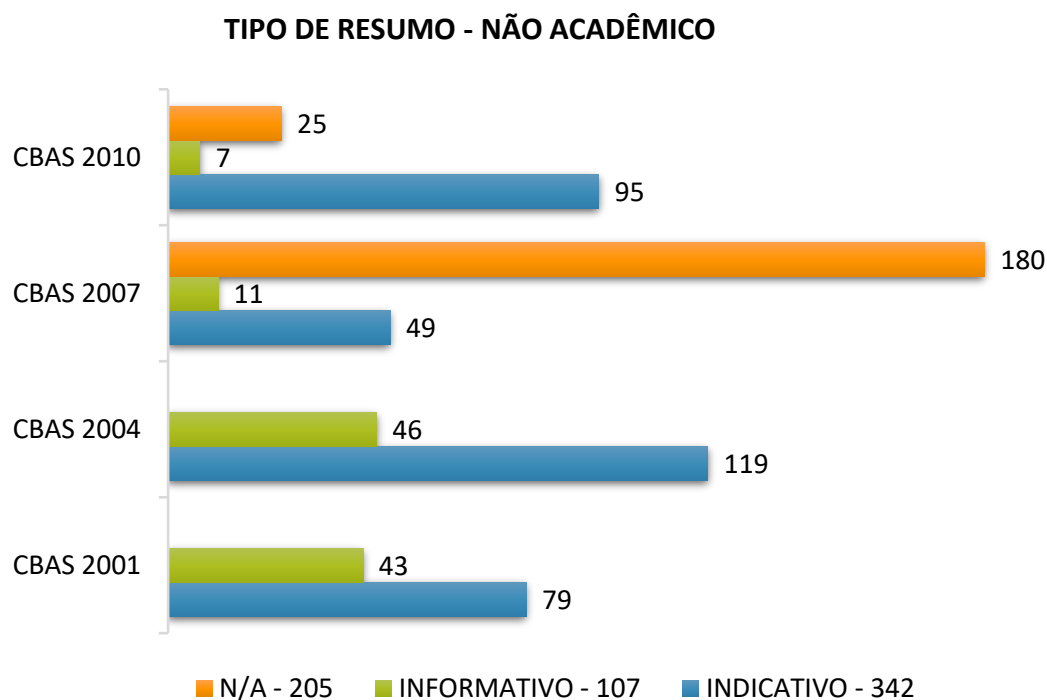


Gráfico 8

A leitura dos dados, a partir da forma como aparecem nas edições do evento, traz para análise que o quantitativo de resumos informativos sofreu uma queda ao longo das edições, significando que o cuidado em relação à estrutura e o respeito às normas vem sendo secundarizado.

#### 2.2.6. Eixo Temático

A análise sobre os eixos temáticos se faz necessária para se verificar se as produções oriundas dos espaços não acadêmicos estão em consonância com a direção estratégica do projeto ético-político do Serviço Social. Segundo Iamamoto, (contemporaneidade) alguns temas se constituem em elementos importantes para a apreensão dos processos determinantes da vida social, especificamente no âmbito da questão social, como: o mundo do trabalho, relações entre Estado e Sociedade Civil, Movimentos Sociais, Políticas Sociais, Seguridade e Assistência Social.

A pesquisa mostrou que o eixo da Seguridade Social reuniu o maior de trabalhos (35 trabalhos), seguido do eixo que trata a temática do Direitos Geracionais com 21 trabalhos. O eixo que envolve questões sobre a Família e o Sistema de Proteção Social alcançou o total de 14 trabalhos. Outros eixos podem ser destacados

como o eixo Serviço Social e Projeto Ético-Político que reuniu 10 trabalhos, e o eixo Formação Profissional com apenas 2 trabalhos.

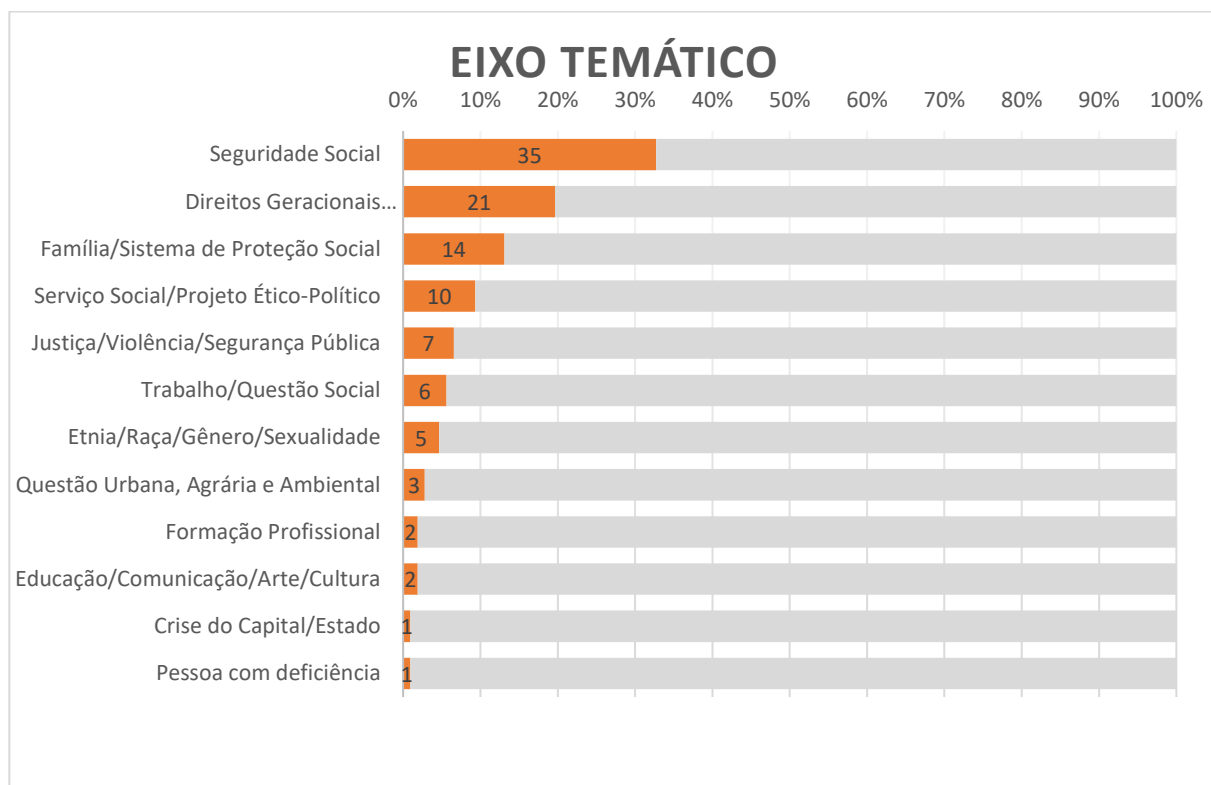


Gráfico 9

Esse resultado demonstra que há um grande interesse sobre questões relacionadas às políticas sociais, fruto da inserção da maioria dos assistentes sociais nos espaços de execução e implementação dessas políticas, como afirma Sposati: “[...] este campo não é exclusivo do assistente social, mas a constituição de direitos, o espaço do sujeito usuário/demandatário é, sem dúvida, um campo em que o conhecimento profissional tem se dedicado. (SPOSATI, 2007, p. 21). E apesar o acesso privilegiado aos sujeitos demandatários da política social, as pesquisas não confere centralidade à estes sujeitos.

[...] há uma lacuna nas produções sobre a pesquisa em Serviço Social, que é justamente a questão da centralidade do sujeito e sua preservação no processo metodológico de investigação do real e consequente produção do conhecimento profissional. [...] estamos nos referindo ao sujeito demandatário da prática profissional, beneficiário / usuário das políticas públicas, que enquanto cidadão deve ser considerado protagonista de sua própria história, e não dado ou fonte de informação. (BOURGUIGNON, 2008, p. 23).

Ainda nessa direção, Iamamoto ressalta:

[...] é motivo de preocupação o lugar secundário a que foi, por longo tempo, relegado, na literatura especializada, o conhecimento dos sujeitos, que são alvo do exercício profissional, como o revela a carência de publicações sobre o modo de vida, de trabalho e respectivas expressões culturais dos segmentos de classes que constituem a população usuária dos serviços profissionais” (2012, p. 241).

Os dados relacionados ao eixo Família e Sistema de Proteção Social, que alcançou a terceira posição quanto ao número de produções, percebe-se que a categoria vem ampliando o interesse acerca da temática pelo movimento de transformações vivenciado pela família brasileira na atualidade.

A família brasileira, devido às suas transformações em termos de composição e significados, especialmente a família de baixa renda, reclama por respostas coerentes às suas demandas. O lugar da família no âmbito das políticas públicas é uma questão que merece aprofundamento e está em debate no contexto da profissão. (BOURGUIGNON, 2008, p. 36).

Uma importante observação é o destaque da categoria trabalho nas pesquisas e na produção do conhecimento no âmbito do Serviço Social, resultado do reconhecimento da “questão social” como objeto de intervenção dessa profissão e da aproximação com o materialismo histórico dialético, como argumenta Lara:

A temática trabalho surge como o principal mote para a produção de mundo do Serviço Social nas décadas de 1990 a 2000. Os assistentes sociais procuram aprofundar seus estudos em autores clássicos como Marx, Engels, Lukács e, a partir de tal aproximação, os profissionais esforçam-se, a nosso ver, com sucesso na compreensão da ontologia do ser social, ou seja, dos modos de ser e condições de existência do homem. (LARA, 2008, p. 243).

#### 2.2.7. Tipo de Pesquisa

Em relação ao tipo de pesquisa observou-se que dos 107 trabalhos que apresentaram resumos informativos, observou-se que 26 (24%) foram definidos como pesquisa documental, 58 (54%) como pesquisa empírica, 3 (3%) como pesquisa teórica e 6 (6%) apresentarem pesquisa de outros tipos como participante, pesquisa

ação entre outras. Os dados podem levar a uma análise de que a maioria dos autores realizam pesquisas empíricas e refletem sobre o seu objeto de trabalho.

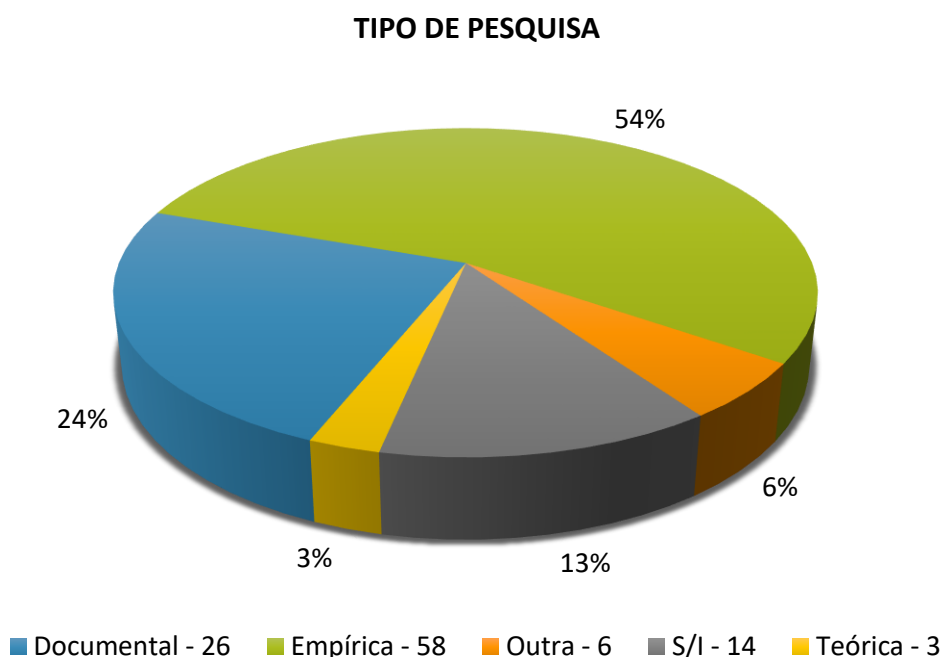
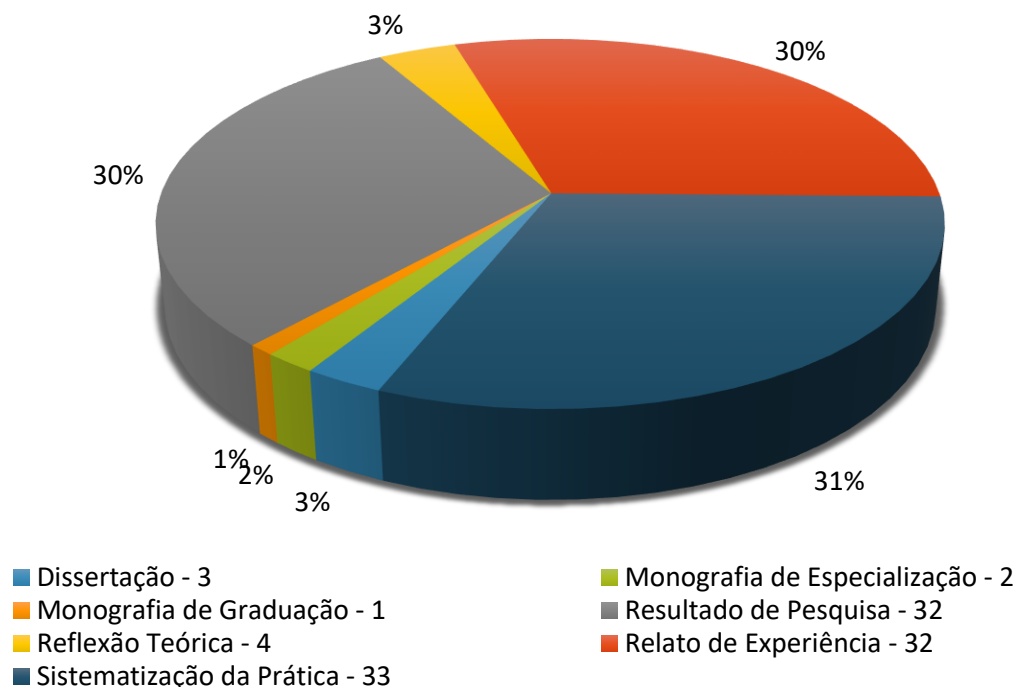


Gráfico 10

#### 2.2.8. Tipo de Trabalho

Os dados sobre o tipo de trabalho apresentados no CBAS podem levar a uma análise da motivação para a realização dos trabalhos e para a produção do conhecimento, que pode ser científico e técnico. Na pesquisa observou-se que mesmo sendo de autoria de profissionais vinculados a instituições não acadêmicas, tem parte de trabalhos acadêmicos, com: (3%) foram oriundos de dissertações de mestrado; (2%) resultado de monografia de especialização; e (1%) parte da experiência da monografia de graduação, somam 6%. Alguns resumos, indicaram que (3%) eram reflexões teórica e (30%) eram resultados de pesquisa. Como os resumos não trouxeram maiores informações sobre essa questão, não é possível saber, sem a leitura integral do trabalho. Ademais, o destaque desse item refere-se aos trabalhos que trazem uma estreita relação com o objeto de intervenção do profissional, com (31%) estão os trabalhos que abordam a sistematização da prática, com dados quanti-qualitativos, e com (30%) os trabalhos que trazem o relato da experiência profissional. Nesse sentido, os dados reforçam a afirmativa do item anterior quando da relação das pesquisas com os objetos de intervenção, somando 61% dos trabalhos.

### TIPO DE TRABALHO



#### 2.2.9. Matriz teórica

Abordar a matriz teórica dos trabalhos nesta pesquisa deve-se principalmente a um pressuposto de que “[...] a apropriação teórico-metodológica no campo das grandes matrizes do pensamento social permitiria a descoberta de novos caminhos para o exercício profissional”. (IAMAMOTO, 2003, p. 52). Segundo a autora, é necessário o acompanhamento da dinâmica dos processos sociais para a apreensão das problemáticas cotidianas que envolvem o exercício profissional. A pesquisa e a produção do conhecimento estão articuladas à uma matriz teórico-metodológica que permite a compreensão das particularidades do exercício profissional, bem como na definição de ações profissionais que melhor respondam às demandas sociais.

Nesta pesquisa, a maioria dos resumos não apresentou a matriz teórica que norteou a elaboração dos trabalhos, totalizando 104 trabalhos (89%). Entre os trabalhos que trouxeram essa informação, verifica-se que oito (7%) afirmaram que se basearam na matriz Histórico/Crítica/Dialética. A baixa representatividade de trabalhos com informações sobre a matriz já traz uma preocupação, e pode revelar que os autores não possuem apropriação sobre o assunto.

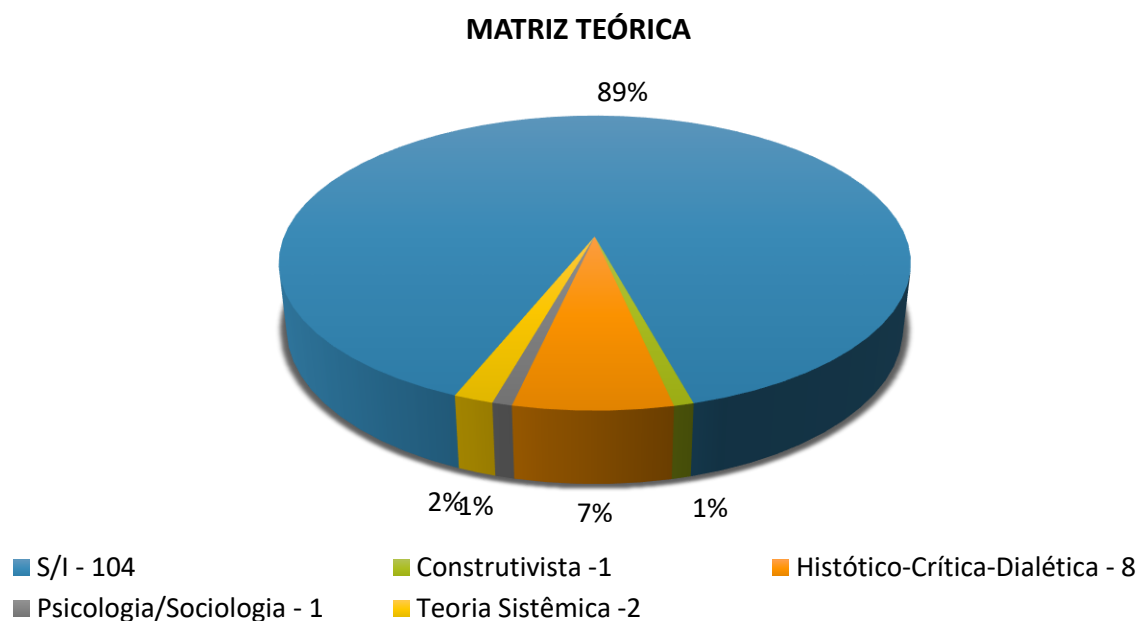


Gráfico 11

As demandas que sinalizam para as particularidades da Questão Social no Brasil e que direcionam o fazer profissional do Serviço Social impactam diretamente as bases hegemônicas do seu projeto ético-político, e, caso não haja a devida apropriação da matriz teórica que orienta a direção social da profissão, pode fragilizar a atuação profissional na defesa da classe trabalhadora, reascendendo as frentes conservadoras, que se expressam também no conhecimento produzido pela profissão. Tal matriz, por sua vez, dialoga com a realidade tendo na pesquisa uma mediação por excelência, que deverá qualificar as ações profissionais. Assim,

[...] por mais incipiente que se apresentem essas ações, elas necessitam do mínimo de informações teóricas, ou seja, de conhecimentos produzidos a partir de pesquisa. Esta por sua vez se enriquece ao dialogar com as experiências sociais, ao mesmo tempo que nutre teoricamente essas experiências. (SETUBAL, 2007, p. 14).

Nesse sentido, quando a informação sobre a matriz teórica não é explicitada no trabalho pode se inferir que a dimensão teórico-metodológica está sendo secundarizada no processo de produção do conhecimento e que a atuação pode não estar em consonância com o projeto ético-político. Ademais, a falta de informação em muitos dos resumos pesquisados comprometeu a análise deste item, porque essa



lacuna só poderia ser suprimida com a leitura integral dos trabalhos, já que os resumos nem sempre trazem a informação, para identificar as possíveis matrizes subjacentes aos textos.

#### 2.2.10. Procedimentos metodológicos

Apresentar os procedimentos metodológicos adotados é essencial quando se trata de um resumo informativo, pois espera-se que o leitor possa ter uma ideia completo do teor do trabalho. Os dados encontrados nesta pesquisa mostram que a maioria, em torno de 38% dos resumos, trouxeram informações sobre os passos adotados na elaboração do trabalho; instrumentos utilizados estavam presentes em 32% dos resumos, o local e período da pesquisa em 34%; e as variáveis investigadas em 23%. As fontes de pesquisa foram apresentadas em 20% dos trabalhos, e os critérios de seleção da amostra em apenas 10%. Vale ressaltar que neste item foi adotada mais de uma resposta, razão que explica os valores ultrapassarem os 100%.

Embora os resultados acima apresentados confirmem uma tendência histórica da profissão, indicam a necessidade de uma reflexão acerca de possíveis elementos que expliquem ou, pelo menos, que direcionem o debate para possíveis explicações. O próximo capítulo direciona-se a tal reflexão.

## **CAPÍTULO 3**

### **3. A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL: refletindo sobre possíveis explicações para a sua escassez em espaços não acadêmicos**

A discussão sobre a produção do conhecimento nesse estudo, diferentemente dos outros que tratam do mesmo tema, é referenciada especificamente em trabalhos elaborados por profissionais inseridos em espaços não acadêmicos. De modo geral, observa-se que o tratamento dispensado ao conhecimento produzido na área é majoritariamente advindo de espaços acadêmicos. Na literatura consultada, não foram encontradas pesquisas que tenham como foco apenas a produção de conhecimento “não acadêmica”, no geral as pesquisas são realizadas a partir do universo acadêmico, e o exercício profissional em espaços não acadêmicos é visto apenas como objeto de estudo em pesquisas de dissertação, teses e não como espaço produtor. Este capítulo dedica-se à reflexão do objeto de estudo a partir da pesquisa bibliográfica no sentido de evidenciar possíveis explicações para os achados da pesquisa documental, especialmente a escassez que ainda marca a produção do conhecimento em espaços não acadêmicos.

#### **3.1. O movimento do real no processo de produção de conhecimento do Serviço Social**

A explicação das diferentes feições que o Serviço Social assume em espaços acadêmicos e não acadêmicos pode estar associada à discussão da dicotomia entre “os que pensam” e “os que fazem”, porque o conhecimento é o produto esperado do trabalho exercido pelos profissionais que estão na academia, e a intervenção é o produto esperado do trabalho exercido pelos profissionais que estão em espaços não acadêmicos. Segundo Batista e Battini essa dicotomia está relacionada à apropriação da teoria e da prática profissional, na valorização de uma em detrimento da outra.

Nesse processo de separação entre “aqueles que pensam” e “aqueles que agem”, no Serviço Social, o *saber* acantonou-se na academia, e, o *não saber*, na prática: as pessoas que aspiram ao saber abandonam a prática e partem para a academia; produzem um conhecimento transmitido no processo de formação, o qual deixa de ser utilizado pelo fato de muitas vezes ser considerado, pelas pessoas que assumem

responsabilidades práticas, inadequado para subsidiar a ação. (2014, p. 8, grifos das autoras).

Ao reconhecer o Serviço Social como uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho da sociedade, reconhece-se também a legalidade do exercício e da formação profissional. No entanto, há uma separação tácita desses dois processos, um distanciamento entre as funções exercidas, desconsiderando que o profissional que exerce a docência está em pleno exercício profissional, e que a academia é um espaço ocupacional no mercado de trabalho, assim como os demais; Deve-se ressaltar que, não obstante todas as distinções entre as atribuições nos diferentes espaços ocupacionais, o profissional de campo também participa do processo de formação, quando supervisiona estudantes juntamente com os supervisores acadêmicos.

Somente a partir dos aspectos históricos pode-se perceber como os espaços de inserção do assistente social, acadêmicos e não acadêmicos, expressam a dimensão e relevância social, bem como as metamorfoses desses espaços em relação às mudanças políticas e sociais no contexto brasileiro.

Ao ser demandado como uma profissão relevante para a estratégia do Estado no enfrentamento da questão social, o Serviço Social se fez eminentemente interventivo e pragmático, com uma direção conservadora, acrítica, e de alinhamento doutrinário. O perfil profissional exigido era forjado por um processo formativo fortemente influenciado pela intelectualidade católica e por um modelo tecnicista norte-americano, que buscava uma *formação técnica especializada*, para identificar os problemas sociais no sentido da adaptação do indivíduo ao meio.

As próprias escolas reconhecem a inexistência de uma sistematização que justifique o Serviço Social enquanto ramo do conhecimento e a ausência de uma metodologia específica. As próprias técnicas não possuem uma teorização que as possa sustentar. A formação técnica remete essencialmente à prática. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2001, p. 224).

Com o desenvolvimento do capitalismo e a formação dos centros urbanos-industriais, observou-se um agravamento dos problemas sociais e com isso, a necessidade do “ajustamento do trabalhador à ordem capitalista amadurecida”. Esse contexto leva a profissão a incorporar novas *técnicas sociais* como forma de elevar o controle visando a sujeição do trabalhador ao modo de produção. A funcionalidade do

Serviço Social ao capitalismo se reafirma a medida em que as práticas sociais vão se transformando para garantir a “suavização dos aspectos contraditórios (antagônicos) desse ajustamento, reforçando, objetivamente, a dominação de classe”. (Idem, p. 266) Funcionalidade que a partir da década de 1940 garantiu a expansão do mercado de trabalho com a criação de grandes instituições como a Legião Brasileira de Assistência (LBA), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Social na Indústria (SESI).

A Lei de Regulamentação da profissão em 1957 se apresenta num momento em que o Estado, a partir de uma perspectiva reguladora, promove o controle da categoria através dos conselhos profissionais. Assumir o controle da profissão num contexto de profundas mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais em função da expansão do capitalismo e de crise da ditadura brasileira, dá aos conselhos a responsabilidade de assumir a direção da profissão e a possibilidade de avançar junto com os movimentos e lutas travados pela redemocratização da sociedade brasileira.

[...] o Serviço Social aos poucos assume as inquietações e insatisfações deste movimento histórico e direciona seus questionamentos ao Serviço Social tradicional através de um amplo movimento, de um processo de revisão global, em diferentes âmbitos: teórico, metodológico, operativo e político. (SILVA; SILVA, 2005, p. 28).

Com o mercado ampliado e “modernizado” o processo de formação do assistente social vivenciou uma etapa de expansão e refuncionalização, com a inserção do ensino de Serviço Social nas universidades e os impactos nessa inserção do conteúdo formativo das disciplinas, com influências das Ciências Sociais, principalmente da Sociologia, Psicologia Social e Antropologia. O corpo docente composto, por um lado, por profissionais encarregados de reproduzir a profissão em consonância com o modelo ditatorial, e, por outro, por profissionais com uma massa crítica inexistente antes no processo de formação, provocando uma mudança radical na fundamentação teórico-técnica do exercício profissional. (NETTO, 2002).

Nesse contexto de mudanças, estão criadas as condições para o processo de renovação do Serviço Social e uma consequente disputa pela hegemonia do projeto profissional. O Serviço Social caminha em direção a consciência do seu significado sócio histórico, e as condições criadas pela autocracia burguesa proporcionaram à possibilidade de novas práticas e concepções que traziam elementos de

funcionalidade e de contestação. As vertentes desse movimento, comprometidas com a discussão e a formulação de alternativas teórico-práticas em relação ao “Serviço Social tradicional”, questionavam procedimentos profissionais. O debate teórico-metodológico no âmbito da profissão e as elaborações teóricas foram fomentados pela realização de pesquisas e investigações, inviáveis sem as condições próprias do âmbito acadêmico. É nesse espaço que o Serviço Social estabelece uma nova interlocução com as Ciências Sociais, não apenas na condição de consumidor, assumindo também uma postura crítica dos seus fundamentos. De acordo com NETTO, o empenho em validar as suas elaborações teóricas coloca para o Serviço Social duas questões: a necessidade de fundamentar os elementos que interferem na ação profissional em toda a sua abrangência; e as fontes teóricas e ideo-culturais.

Não é um puro acaso, portanto, que um dos traços mais salientes dessas elaborações seja a ênfase na análise crítica do próprio Serviço Social: a profissão mesma se põe como objeto de pesquisa, num andamento antes desconhecido – é só no marco dessa abrangência que o Serviço Social explicitamente se questiona e se investiga como tal. (NETTO, 2002, p. 133).

A grande mudança pretendida com o movimento de reconceituação vivenciado pela profissão foi na perspectiva de desvinculação do Serviço Social da influência Norte-Americana e de buscar adequar as práticas profissionais à realidade brasileira. Um movimento heterogêneo que buscava, ao longo das décadas de 1960 e 1970, fundamentação para a construção da hegemonia dos referenciais teórico-metodológicos e interventivos da profissão.

As novas demandas e as experiências profissionais decorrentes da configuração da sociedade brasileira em tempos de modernização de seus processos de trabalho na indústria, garantiram a inserção do Serviço Social no mundo empresarial e em organizações de filantropia, exigindo um novo padrão para o desempenho profissional.

[...] o enquadramento de assistentes sociais em estruturas organizacionais mais complexas e com interconexões múltiplas e polifacetadas, no marco da burocratização própria a elas, alterou em escala significativa o relacionamento dos profissionais com as instâncias hierárquicas a que se prendiam, com fontes dos seus recursos, com os outros profissionais com que concorriam e com os seus utentes (“clientela”). A racionalização burocrático-administrativa com que a “modernização conservadora” rebateu nos espaços

institucionais do exercício profissional passou a requisitar do assistente social uma postura ela mesma “moderna”, no sentido de compatibilização do seu desempenho com as normas, fluxos, rotinas e finalidades dimanantes daquela racionalidade. (NETTO, 2002, p. 123).

Nesse processo, necessário se faz reconhecer a contribuição do conhecimento produzido pelo Serviço Social a partir da década de 1980, viabilizado pela criação e expansão dos cursos de Pós-Graduação a partir da década de 1970, “espaço privilegiado de interlocução e diálogo do Serviço Social com as diferentes áreas do saber e entre diferentes tendências teórico-metodológicas que estão presentes no debate profissional”. (SILVA; SILVA, 2005, p. 29)

Nesse contexto, inscreve-se a reforma curricular de 1982, que traz a atitude investigativa para a formação do assistente social através da incorporação da pesquisa e um aporte teórico-metodológico que buscava fundamentar o exercício e a sistematização de uma prática mais conectada à realidade objetiva, considerando o contexto institucional e social. O currículo mínimo trouxe avanços na formação do assistente social ao reafirmar o aspecto histórico da profissão e a capacidade de legitimar-se frente às demandas das classes sociais. Segundo Iamamoto (2002) as mudanças no processo de formação profissional visavam possibilitar a reconstrução de estratégias de intervenção a partir de um suporte teórico-metodológico mais rigoroso, e o aprimoramento do profissional no campo da investigação para potencializar o caráter científico da produção teórica sobre as questões referentes ao campo de atuação e à realidade social. A sua formulação contou com a participação de unidades de ensino, que reunia diferentes concepções, tornando explícita a disputa pelo projeto hegemônico e o caráter contraditório da proposta, já tematizado pela autora<sup>28</sup>.

Os programas de pós-graduação no país ampliaram significativamente a produção do conhecimento na área que deu subsídios para a formatação de um novo projeto profissional construídos sobre bases críticas que buscavam fundamentar o agir profissional na perspectiva da defesa dos direitos da classe trabalhadora e de seus interesses, apoiados pela constituição de 1988. Reconhece-se que a tradição de pesquisa está restrita à universidade, mas especificamente ao âmbito da pós-graduação.

---

<sup>28</sup>A esse respeito ver, dentre outros, Iamamoto (2002).

De fato, os cursos de pós-graduação constituem-se em espaços privilegiados para a produção de conhecimentos, mas não são suficientes, na medida em que grande parte dos projetos de pesquisa é realizado individualmente, e também na medida em que o ensino da pós-graduação (nível mestrado) é concebido antes de tudo para formar recursos humanos para a docência (ensino) e, subsidiariamente, para a pesquisa. No entanto, as atividades de pós-graduação estão intrinsicamente ligadas à produção e reprodução da comunidade científica e técnica, que têm nas universidades o espaço privilegiado, uma vez que no Brasil as instituições de pesquisa são ainda reduzidas. (KAMEYAMA, 1998, p. 34 apud BOURGUIGNON, 2008, p. 43).

Na Pós-Graduação vê-se a subordinação aos interesses do mercado e a sujeição à lógica da produtividade, em termos quantitativos. No entanto, considera-se inegável que a Pós-Graduação vem contribuindo para a “maioridade do Serviço Social no Brasil” (NETTO, 1996), conferindo qualidade ao projeto ético-político enquanto área do conhecimento e de intervenção.

[...] a consolidação do projeto ético-político que orienta o trabalho profissional e o processo de formação do assistente social, supõe uma formação generalista, sólida, pautada pela crítica social e pela competência teórico-metodológica e operativa orientada pelas Diretrizes Curriculares, pela teleologia do Código de Ética Profissional e pela Lei de Regulamentação da profissão. (CARVALHO; SILVA, 2005, p. 36).

As metamorfoses sofridas pela profissão até o momento histórico demarcado aqui produziram efeitos importantíssimos na direção social profissional. A revisão do Código de Ética (1993), Lei de Regulamentação do Serviço Social (1993) as Diretrizes Curriculares (1996) são responsáveis por garantir o caráter crítico da profissão sustentado pelos fundamentos ontológicos e o compromisso com a classe trabalhadora, pautando-se em princípios emancipatórios.

Os desafios para materialização do projeto ético-político do Serviço Social estão relacionados aos valores presentes na sociedade brasileira da década de 1990, que retratava a organização de um processo de trabalho destinado à produção e à acumulação de riquezas. Nesse sentido, posicionar-se a favor da classe trabalhadora, adotando em suas ações o compromisso com a equidade, justiça social, democracia e liberdade faz com que o Serviço Social, através do seu projeto profissional, aponte para um projeto societário, que se contrapõe ao modelo vigente. As Diretrizes

Curriculares<sup>29</sup> do curso de Serviço Social trazem os princípios da formação profissional que foram aprovados na Lei de Diretrizes e Bases, mas que são inviabilizados pelo próprio Estado ao subordinar à “Política Social à política econômica, tornando-a funcional à acumulação do capital e a manutenção do status vigente”. (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 195). Contraditoriamente, a formação do assistente social a partir da década de 1990 passa a balizar-se pelos princípios abaixo relacionados:

- Flexibilidade e dinamicidade dos currículos plenos expressa na organização de disciplinas e outros componentes curriculares, tais como: oficinas, seminários temáticos, estágio, atividades complementares;
- Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social;
- Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
- Estabelecimento das dimensões investigativa e interpretativa como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
- Presença da interdisciplinaridade no projeto de formação profissional; indissociabilidade das dimensões de ensino, pesquisa e extensão;
- Exercício do pluralismo como elemento próprio da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas que compõem a produção das ciências humanas e sociais;
- Compreensão da ética como princípio que perpassa toda a formação profissional;
- Necessária indissociabilidade entre a supervisão acadêmica e profissional na atividade de estágio.

Estes princípios devem preparar o profissional para o exercício das atribuições previstas na Lei de Regulamentação da profissão. No entanto, o distanciamento observado entre o processo de formação e o exercício da profissão pode ser explicado por mediações como a mercantilização do ensino<sup>30</sup>, tendo em vista

---

<sup>29</sup>As diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social foram resultado de debates, troca de experiências e produção acadêmica em torno da formação profissional e revisão curricular. Foram realizadas mais de 200 oficinas de trabalho em níveis local, regional e nacional, nos anos 1995-96. (IAMAMOTO, 2003).

<sup>30</sup>Considerando que as instituições privadas são maioria na oferta do ensino superior, respondendo por (88,2%). (ARANHA, 2016).



que a maioria dos cursos de Serviço Social é ofertada por Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, enquadradas na modalidade de Faculdades pela LDB, para as quais não há obrigatoriedade das dimensões da pesquisa e da extensão, exigidas nas diretrizes curriculares do Serviço Social. Isso demonstra que o distanciamento entre a formação e o exercício é real, visto que a indissociabilidade do tripé (ensino/pesquisa/extensão) não está, majoritariamente, contemplada no processo de formação do assistente social. Ademais, impacta negativamente sobre a formação pois “a qualidade do ensino superior requer a indissociável integração entre ensino, pesquisa e extensão, não apenas como princípio, mas como realidade efetiva na condução do projeto acadêmico-pedagógico do curso”. (IAMAMOTO, 2003, p. 259)

Outras mediações podem ser consideradas nessa análise, como a expansão do ensino à distância e o sucateamento das universidades públicas, às quais podem ser elencadas outras problemáticas que impactam negativamente a formação do assistente social. (DAMER, 2009).

As mudanças no sistema educacional brasileiro são reveladoras de como o processo de produção de conhecimento sofre influências e é redimensionado para atender os interesses dominantes. As agências internacionais exercem forte interferência na política econômica e educacional, principalmente em relação ao desenvolvimento científico e tecnológico, desde a década de 1990. O Banco Mundial intensificou o financiamento de programas nas áreas econômicas e educacionais a partir de 2000, com a Declaração de Bolonha. Documento que reafirma a conciliação do Estado com o mercado levando a uma maior privatização, diversificação das fontes de recursos e diminuição do envolvimento do poder público. Há um forte estímulo na “valorização capitalista” das atividades intelectuais e da criatividade, com o objetivo de integrá-las ao projeto da ordem atual, formando o perfil do “intelectual profissional universitário”. (SIMIONATTO, 2014, p. 13)

O projeto de formação profissional no Brasil reconhece a dimensão contraditória das demandas que se apresentam à profissão, expressão das forças sociais que nelas incidem: tanto o movimento do capital, quanto os direitos, valores e princípios que fazem parte das conquistas e do ideário dos trabalhadores. São essas forças contraditórias, inscritas na própria dinâmica dos processos sociais, que criam as bases reais para a renovação do estatuto da profissão conjugada à intencionalidade dos seus agentes. Esse projeto beneficia-se tanto da socialização da política conquistada pelas classes trabalhadoras, quanto dos avanços de natureza teórico-

metodológica e ético-política acumulados pelos assistentes sociais ao longo dos anos 80. (IAMAMOTO, 2012, p. 182).

O contexto da crise que se apresenta com o processo de reestruturação produtiva e as políticas neoliberais provocaram transformações no mundo trabalho que consolidaram a flexibilização e a precarização. Os impactos da crise implicaram duplamente o Serviço Social através da redefinição das políticas sociais e das mudanças nas condições e relações de trabalho, demandando ao assistente social a necessidade de apreender transformações societárias e as novas funções do Estado para reconfigurar sua prática frente ao projeto neoliberal, bem como buscar entender as condições e relações de trabalho do assistente social e, reconhecendo-se como trabalhador assalariado, criar estratégias de organização e resistência.

O Serviço Social enfrenta um grande desafio no trato da questão social, pois tem sua prática condicionada pelas relações entre o Estado e a sociedade civil. Mesmo regulamentado como profissão liberal<sup>31</sup>, o assistente social tem sua atuação determinada pelas condições materiais e técnicas, se insere no mercado de trabalho por meio de uma relação de assalariamento “como uma atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que imprimem certa direção social ao exercício profissional, que independem de sua vontade e/ou da consciência de seus agentes individuais”. (YAZBEK, 2009, p. 04). Implica reconhecer as relações de compra e venda da sua força de trabalho, os diversos empregadores e como o profissional assalariado mantém relações com seu empregador que se chocam com os valores do código de ética, muitas vezes de forma imperativa.

Não obstante o avanço do Serviço Social com a “renovação teórico-metodológica e ético-política, qualificação da sua produção científica, bem como o fortalecimento das entidades científicas e de representação política” (RAICHELIS, 2011, p. 3), observam-se: precarização das formas de contratação, terceirização, quarteirização, exercício profissional por tarefa, por projeto, produzindo desestabilização com perda de direitos e vínculos; desvalorização e descartabilidade do profissional, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, ausência de políticas de capacitação, o que agrava o processo de alienação e estranhamento do trabalho; intensificação do trabalho, metas inalcançáveis, extensão da jornada,

---

<sup>31</sup>O enquadramento do Serviço Social como profissão liberal foi realizado pelo Ministério do Trabalho através da Portaria nº 35 de 19 de abril de 1949.

polivalência, rotatividade, cobranças por resultados imediatos; precárias condições de trabalho, insegurança, maior exposição a riscos, precarização da saúde, que trabalham com as mais dramáticas expressões da questão social; fragilidade sindical, enfraquecimento da representação política da classe trabalhadora, efeitos produzidos pela terceirização, Druck (2009 apud, RAICHELIS, 2011).

Essa tendência de deslocamento da satisfação de necessidades da esfera pública para esfera privada ocorre das lutas e de conquistas sociais e políticas extensivas a todos. É exatamente o legado de direitos conquistados nos últimos séculos que está sendo desmontado nos governos de orientação neoliberal, em uma nítida regressão da cidadania que tende a ser reduzida às suas dimensões civil e política, erodindo a cidadania social. Transfere-se, para distintos segmentos da sociedade civil, significativamente parcela da prestação de serviços sociais, afetando diretamente o espaço ocupacional de várias categorias, entre as quais os assistentes sociais. (CFESS, 2009).

Esse cenário é resultado das políticas de ajustes neoliberal, que difundem uma ideologia de satanização do Estado e de exaltação do mercado, fazendo com que o Estado abandone gradativamente o papel de principal executor direto dos serviços. Os impactos da crise sobre o Serviço Social e a sua função para o capitalismo são igualmente contraditórios.

Trata-se de uma condição de trabalho que produz um duplo processo contraditório nos sujeitos assistentes sociais: a) de um lado, o prazer diante da possibilidade de realizar um trabalho comprometido com os direitos dos sujeitos violados em seus direitos, na perspectiva de fortalecer seu protagonismo político na esfera pública; b) ao mesmo tempo, o sofrimento, a dor e o desalento diante da exposição continuada à impotência frente à ausência de meios e recursos que possam efetivamente remover as causas estruturais que provocam a pobreza e a desigualdade social. (RAICHELIS, 2011, p. 8).

Ao tempo que a profissão é atingida pela flexibilização, precarização e pela terceirização, ela tem seus postos de trabalhos ampliados pela via da descentralização dos serviços públicos, pela municipalização. Apesar de essa tendência significar a ampliação do espaço de intervenção do profissional, os assistentes sociais têm sido acionados pelo poder público, para criar critérios seletivos que reforçam a lógica da exclusão.

Pela precarização do trabalho resultante da reestruturação produtiva, expressa pela flexibilização das relações de trabalho – que, muitas vezes, fazem reféns os assistentes sociais no interior do aparato institucional -, seguem, aqueles profissionais, fazendo o atendimento às diversas demandas, do modo como é possível, em um espaço muitas vezes tido como “não nobre”. A ausência das condições se alia o distanciamento desses profissionais do princípio da necessidade unidade teoria-prática, fortalecendo a racionalidade instrumental. (BATTINI, 2014, p.140).

Ademais, “[...] a indefinição do ‘que é’ ou ‘do que faz’ o Serviço Social, abrindo ao assistente social a possibilidade de apresentar propostas de trabalho que ultrapassem meramente a demanda institucional.” (IAMAMOTO, 2001, p. 80). Essa indefinição, é um outro elemento que pode levar a profissional a ser mero reproduzidor das estratégias institucionais ou a buscar uma certa autonomia de sua prática, incorporando as diretrizes do projeto ético-político profissional no seu fazer.

[...] não se pode pensar a profissão no processo de reprodução das relações sociais independente das organizações institucionais a que se vincula, como se a atividade profissional se encerrasse em si mesma e seus efeitos sociais derivassem, exclusivamente, da atuação do profissional. [...] sendo integrante dos aparatos de poder, como de políticas sociais, seu significado social só pode ser compreendido ao levar em consideração tal característica. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2001, p. 79).

E nesse sentido,

Como profissão interventiva no âmbito das chamadas “expressões da questão social”, o reconhecimento profissional advém da resolutividade dessa intervenção, o que exige respostas imediatas, emergenciais, já que atende a questões que, pelo nível de tensão que provocam, põem em risco a ordem vigente. (YOLANDA GUERRA, 2014, p. 83).

Conforme análise de Iamamoto (2003) é nessa direção que o reconhecimento de uma realidade dinâmica reforça a necessidade de um profissional que decifre o movimento do real, percebendo os avanços e os retrocessos na relação entre o Estado e a sociedade civil, que busque ampliar os conhecimentos que lhe dê subsídios para trabalhar nas políticas sociais, voltadas para o enfrentamento da questão social.

A exigência do conhecimento acerca da realidade reside no reconhecimento do caráter histórico do Serviço Social e que recorre à pesquisa como meio de produzir

um conhecimento comprometido com as demandas da profissão e com as possibilidades de seu enfrentamento”. (BOURGUIGNON, 2008)

Nesse sentido, José Fernando sintetiza:

O balanço crítico da reconceituação e a maturidade do Serviço Social como uma profissão que concentra, simultaneamente, forte carisma interventivo e densidade teórica (particularmente e com maior intensidade na perspectiva de “intenção de ruptura”), criaram as condições objetivas para um resgate mais denso sobre o papel desempenhado pela pesquisa e pela produção do conhecimento em nível de Serviço Social. Tudo isso tem indicado claramente os parâmetros universais sustentadores de uma formação profissional atual, densa, sólida e fortemente atrelada aos desafios impostos à profissão. Isso, no entanto, por si só, não garante que as múltiplas mediações necessárias para a explicação da realidade enfrentada pelos assistentes sociais em seus diversos espaços de atuação na contemporaneidade, estejam sendo devidamente reconstruídas. É neste contexto e sob as condições objetivas propiciadas pela década de noventa do século XX que a pesquisa é reivindicada como um passo importante e crucial para a formação e para a intervenção profissional dos assistentes sociais. (JOSÉ FERNANDO, 2007, p. 287).

Na mesma direção, Setubal traz a importância das posturas interventivas e reflexivas do Serviço Social, ressaltando o valor da ação investigativa para um procedimento técnico mais qualificado.

Apesar de serem momentos diferentes de construção do conhecimento, eles se complementam, sem contudo perderem os seus traços determinantes e guardarem a sua “independência”. [...] Entretanto, por mais incipiente que se apresente essas ações, eles necessitam do mínimo de informações teóricas, ou seja, de conhecimentos a partir de pesquisa. Esta, por sua vez se enriquece ao dialogar com as experiências sociais, ao mesmo tempo que nutre teoricamente essas experiências. (SETUBAL, 2013, p. 14)

Em relação à prática profissional observa-se uma débil apropriação da perspectiva crítica e mesmo o profissional percebendo a necessidade de ressignificar o seu objeto de intervenção encontra dificuldades nas categorias teórico-metodológicas que fundamentam a ação. Segundo Baptista e Batinni (2014), tais dificuldades e apresentam em três níveis:

- 1) da incorporação desse referencial teórico, que não é nem rigorosa, nem apropriada;

- 2) do marco de formação no qual essa incorporação se faz, o qual, em algumas situações, mostra-se no mínimo problemático (fragmentado, eclético, operado de maneira a privilegiar o fatalismo e/ou a dimensão voluntarista, utilizando bibliografia ideologizada);
- 3) do quadro histórico objetivo, que permite reflexões sofisticadas no nível acadêmico, o que não ocorre nos espaços de trabalho prático, com o agravante de que esses espaços são fundamentalmente matizados pelo Estado e pela grande empresa – a qual, em última instância, tem o mesmo horizonte político-ideológico do Estado. (BAPTISTA E BATINNI, 2014, p. 11)

Essas dificuldades acentuam a questão da dicotomia na profissão. A atuação do assistente social é condicionada por relações estabelecidos no cotidiano dos espaços de inserção profissional não acadêmico que exigem uma maior agilidade nas respostas às demandas. No entanto, essa agilidade não pode ser utilizada para justificar uma postura pragmática, reproduzindo o que foi estabelecido institucionalmente, sem reflexão e desconsiderando as mediações necessárias à leitura da realidade.

[...] [À] Ausência de condições se alia o distanciamento desses profissionais do princípio da necessária unidade teoria-prática, fortalecendo a racionalidade instrumental. Já se ouve entre intelectuais a assertiva de que o projeto hegemônico não chegou ao âmbito do exercício da prática profissional. A hegemonia do projeto expressa-se mais fortemente na academia e nas lutas dos segmentos da categoria mais diretamente atuantes nas esferas deliberativas e de controle social e nas suas instâncias organizativas, materializadas pelo conjunto CFESS/CRESS/ABEPSS/ENESSO. (BATTINI, 2014, p. 140)

Mas as dificuldades desse processo podem advir da forma como a academia conduz essa questão, pois “práticas e representações de pesquisa restrita ao meio acadêmico favorecem a falta de iniciativas e investimentos dos profissionais na sua preparação como pesquisadores”. (BOURGUIGNON, 2008, p. 43) A autora afirma que que a pesquisa realizada de forma articulada com a prática profissional é uma questão nova para o Serviço Social e apresenta diversos níveis de pesquisa a partir do rigor teórico e metodológico. Sobre o objeto de pesquisa faz um destaque para as pesquisas que abordam questões macroestruturais e as pesquisas que abordam questões relacionadas às demandas da intervenção em espaços não acadêmicos. Estas possibilitam reavaliar a prática e analisar aspectos que incidem sobre o cotidiano profissional, mas precisam ir além da sistematização e da descrição dos

processos, precisam superar a fragilidade teórico-metodológica. (BOURGUIGNON, 2008). A esse respeito, os resultados da pesquisa confirmam essa tendência, inclusive, com poucos trabalhos que alcançaram o nível da sistematização.

Para Kameyama (1998) as fragilidades dessa produção estão relacionadas à dificuldades de identificar e/ou delimitar o objeto de pesquisa e, em função disso, ficam prejudicadas a escolha dos instrumentos de investigação e o quadro conceitual que orienta a sistematização e a análise do objeto; dificuldades de perceber mediações entre a universalidade, particularidade e singularidades dos processos reais e sua conexão com categorias abstratas, que inviabilizam a superação do nível de sistematização.

“[...] frequente distanciamento que se evidencia entre a prática cotidiana desse profissional e a produção do conhecimento, junto, entre outros motivos de igual importância, da fragilidade no uso de mediações que lhe permitam dar visibilidade ao estatuto científico de seu fazer profissional”. (MARTINELLI, 1995, p. 10 apud SETUBAL, 2007)

Outras questões destacadas por Kameyama (1998) são fundamentais para que a pesquisa realizada nos espaços não acadêmicos possa atingir um nível de qualidade satisfatório como: a superação do pragmatismo e do caráter isolado que temas particulares e limitados imprimem na pesquisa, impossibilitando generalizações importantes no sentido das contribuições do conhecimento produzido ou temáticas demasiadamente amplas que levam à dispersão ou à fragmentação; o conhecimento reduzido sobre estatística ou preconceito acerca de métodos quantitativos por relacionar equivocadamente esses métodos à teorias positivistas; e a inexistência de uma política de pesquisa, com definição de prioridades e objetivos que demarcam a relevância dos temas para a instituição, de forma a reduzir os “modismos” na escolha dos temas.

É preciso considerar que o acesso à realidade dos sujeitos sociais, dos profissionais que estão inseridos em espaços não acadêmicos, através das políticas públicas, pode ser considerado como um privilégio no sentido da riqueza das informações para o processo de produção do conhecimento. Ou seja,

A especificidade que particulariza o conhecimento produzido pelo Serviço Social é a inserção de seus profissionais em práticas concretas. O assistente social se detém frente às mesmas questões

que outros cientistas sociais, porém o que diferencia é o fato de ter sempre em seu horizonte um certo tipo de intervenção, a intervenção profissional. Sua preocupação é com a incidência do saber produzido sobre a prática: em serviço social, o saber crítico aponta para o saber fazer crítico. (BOURGUIGNON, 2008, p. 24)

Nos termos de Iamamoto,

Os assistentes sociais têm uma possibilidade de contato direto extremamente privilegiado com a vida cotidiana das classes subalternas, na sua diferencialidade. Mas esta possibilidade pouco tem se revertido em provocações para a pesquisa, que atente para as diferenças internas dos vários segmentos das classes trabalhadoras e apara a apreensão das formas distintas de subalternidade; formas estas que vão implicar em encaminhamentos também distintos das ações profissionais. Faz-se necessário, no meu entender, estimular as investigações sobre as condições e situações de vida e de trabalho dos múltiplos segmentos sociais com os quais atuamos, resgatando suas vivências e práticas, suas representações, enfim, como vivenciam e enfrentam as relações de exploração e dominação, no interior das quais vão se forjando como sujeitos individuais e coletivos. É nesse processo que constroem suas consciências não só como alienação, mas como mediação crítica da história. (IAMAMOTO, 1993, p. 114 Apud BOURGUIGNON, 2008, p. 22)

Para Bourguignon,

[...] Nesse processo [de produção de conhecimento], a profissão sofre determinações estruturais que, contraditoriamente, tanto a desafiam como, por vezes, criam-lhe barreiras, impedindo que, na singularidade da prática profissional, muitos profissionais ainda não percebam a vinculação orgânica entre intervenção/investigação. (BOURGUIGNON, 2008, p. 22).

Essas reflexões são bastante significativas para a compreensão da realidade encontrada nessa investigação. Muitos das questões levantadas na literatura se alinham aos desafios e dificuldades de produção de conhecimento pelos profissionais inseridos em espaços não acadêmicos e podem contribuir para explicar a escassez e o nível incipiente e limitado do conhecimento que se identificou nos trabalhos pesquisados.

A necessidade de acompanhar a dinâmica social é uma requisição não apenas do Serviço Social, com o desenvolvimento das novas tecnologias as estratégias capitalistas para continuar regendo as sociedades tem se diversificado



para garantir o favorecimento da classe burguesa na relação capital X trabalho, e é a partir dessa relação em que se forjam as demandas institucionais onde atua o assistente social. De acordo com Montañó (2009, p. 106):

[...] o tipo de demanda encaminhada ao assistente social, por parte do contratante – que fragmenta e autonomiza a realidade social, que transforma a “questão social” em “problemáticas” isoladas, as contradições estruturais em “disfunções” individuais, as consequências em causas, a “demandas social” em “demanda por serviços institucional-profissionais”, os processos mediatizados pelas lutas de classe em questões imediatas e emergenciais –, usualmente não exige conhecimento teórico-crítico das teorias sociais e atualização acadêmica, numa perspectiva de totalidade, que permita o domínio dos fundamentos da “questão social”. Exige, sim, conhecimento apurado de técnicas e informações dos recursos organizacionais, tanto quanto da população atendida, com a qual estabeleça uma boa relação de empatia, e sólidos conhecimentos setoriais. Pede-se ao assistente social atividades de triagem, encaminhamento, relatórios, comunicação e divulgação de ações, coordenação de grupos etc... ou seja, respostas imediatas a demandas emergenciais.

A partir dessa compreensão, ficam mais evidentes os desafios da profissão para produzir conhecimento, especialmente segundo um padrão sustentado no rigor científico a ele inerente. Como refere Guerra, “A pesquisa científica exige rigor, método e técnicas apropriadas e não pode ser identificada como mera sistematização de dados, de modo que há que se desenvolver determinado conhecimento que são procedimentais [...]” (GUERRA, 2009, p. 8). Essa forma de pesquisar exige tempo, leituras, domínio teórico-metodológico, técnicas e instrumentos adequados, enfim, procedimentos não costumeiramente usadas pelos assistentes sociais que atuam em espaços não acadêmicos. Isso, contudo, não significa uma opção deliberada desse profissional, embora por vezes também isso ocorra; significa uma atuação condicionada social e historicamente pelas determinações objetivas e subjetivas que permeiam o seu cotidiano profissional.

Por outro lado, como todos os processos históricos, essa marca da profissão é mutável e supõe enfrentamento coletivo e todo um processo de desconstrução do viés pragmático e empiricista que ainda se faz presente na atuação profissional do assistente social. Supõe também a construção de novas formas de atuação em que a dimensão investigativa e a prática da pesquisa se tornem componentes essenciais à intervenção, redundando na produção de conhecimento que se constitua em elemento norteador de uma atuação qualificada.

Essas ponderações ganham coro ao serem justapostas às seguintes afirmações de Iamamoto:

Sendo a questão social a base de fundação do Serviço Social, a construção de propostas profissionais pertinentes requer um atento acompanhamento da dinâmica societária, balizado por recursos teórico-metodológicos, que possibilitem decifrar os processos sociais em seus múltiplos determinantes e expressões, ou seja em sua totalidade. Exige uma indissociável articulação entre profissão, conhecimento e realidade, o que atribui um especial destaque às atividades investigativas como dimensão constitutiva da ação profissional. De fato, a pesquisa de situações concretas, que são objeto do trabalho do assistente social, é o caminho necessário para a compreensão dos fenômenos sociais particulares com os quais o Assistente Social lida no seu cotidiano, alimentando a elaboração de propostas de trabalho fincadas na realidade e capazes de acionar as possibilidades de mudança nela existentes. O deciframento dos processos sociais, tanto em suas determinações gerais como em suas expressões particulares, é também o requisito necessário para superar a defasagem entre um discurso teórico genérico sobre a sociedade capitalista e os fenômenos sociais singulares, que requerem respostas do assistente social no campo de trabalho. Defasagem aquela traduzida no reincidente reclamo da "dicotomia entre teoria e prática". (IAMAMOTO, 2003,p. 262)

Isso é importante para conduzir à superação da falsa dicotomia entre “os que pensam” e “os que fazem” na profissão, deixando claro que, não obstante às particularidades dos espaços acadêmicos e não acadêmicos, a pesquisa e a produção de conhecimento devem ser inerentes a ambos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os caminhos percorridos nesta investigação permitiram uma aproximação com a temática da produção do conhecimento e com as particularidades do Serviço Social enquanto área do conhecimento. Esta pesquisa objetivou a análise da produção de conhecimento do Serviço Social, a partir das elaborações de assistentes sociais inseridos em espaços ocupacionais não acadêmicos, apresentados/publicados nos Anais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), no período 2001 a 2013. Os objetivos foram majoritariamente alcançados na medida em que foi realizada a pesquisa bibliográfica e o levantamento dos trabalhos publicados nas edições do evento ao longo do período estipulado. No entanto, a ausência da informação sobre a autoria na edição de 2013, deixou uma lacuna que comprometeu parcialmente a análise dos resultados no período inicialmente definido.

A literatura pesquisada possibilitou a percepção de que a pesquisa e a produção do conhecimento do Serviço Social estão atreladas ao desenvolvimento da profissão e condicionadas ao movimento histórico da sociedade. A natureza eminentemente interventiva da profissão é uma marca de sua gênese e da função historicamente atribuída que exerce para o capitalismo. O caráter controlador do exercício profissional sobre as expressões da questão social, originadas na relação capital-trabalho, reflete a postura do Estado, seu maior empregador. Com as transformações societárias e a partir das influências teórico-metodológicas vê-se o desenvolvimento do Serviço Social, tanto no âmbito da formação, quanto do exercício profissional. Resgatar os momentos históricos que delineiam o âmbito da formação se fez necessário para reafirmar a importância da academia na produção de conhecimento do Serviço Social, visto que foi a partir da criação dos cursos de pós-graduação que se alavancaram esse processo.

A relação do Serviço Social com a pesquisa surge em função de um processo histórico de amadurecimento intelectual e de demandas societárias, o qual vai revelando uma profissão capaz de gerar conhecimentos que lhes acrescentam subsídios teórico-metodológicos correntes com sua natureza e com as exigências societárias, mas é no contexto acadêmicos que a pesquisa se revela como potencialidade para o Serviço Social. (BOURGUIGNON, 2008, p. 44)

Esta investigação traz elementos que confirmam a tendência de crescimento da pesquisa e da produção do conhecimento no Serviço Social pois como resultado da análise da produção verificou-se o crescimento de 43% aproximadamente, o que pode estar relacionado ao processo de valorização da dimensão investigativa do projeto ético-político vigente, onde também se faz presente os avanços, limites e contradições da profissão.

Foram os avanços registrados no projeto ético-político e a complexidade das demandas sociais que impulsionara a decisão de investigar a produção do conhecimento a partir dos espaços não acadêmicos, pois a pesquisa e a produção do conhecimento se fazem imprescindíveis ao exercício profissional, pois é a partir da sistematização da atuação profissional que os processos reflexivos se apresentam prospectivos em relação à profissão na dinâmica da sociedade.

Mesmo reconhecendo que a academia se constitui no espaço privilegiado da produção do conhecimento, e que nos espaços não acadêmicos é a intervenção prática que é exigida do profissional, esperava-se uma maior participação destes profissionais no CBAS, por ser o foco central do evento, a socialização de práticas interventivas, por isso a escolha deste evento. No entanto o que a pesquisa revela é que 14% dos trabalhos foram elaborados por profissionais que atuam em espaços não acadêmicos. E que o crescimento da produção citado acima, pouco incide sobre esse segmento. Pode-se inferir que esse resultado decorra de uma postura histórica do Serviço Social, de uma prática empirista de caráter assistencial, onde não é exigida uma reflexão acerca dos determinantes da demanda institucional apresentada, bem como da própria condição de trabalho em se insere o assistente social pois o agravamento da questão social aumenta a complexidade das estratégias de enfrentamento adotadas pelo Estado, maior empregador da categoria, confirmada também nesta investigação pois cerca de 87% dos profissionais que tiveram trabalhos publicado nas edições pesquisadas estão inseridos em instituições públicas.

O projeto profissional possibilitou que aos assistentes sociais ultrapassassem a mera atuação como executor terminal das políticas públicas, e alcançasse os níveis de planejamento e gestão das mesmas, mas pouco incidiu na produção do conhecimento, pois da mesma forma como os avanços do projeto ético-político em relação à defesa da classe trabalhadora foram neutralizados pela política neoliberal, de corte de direitos, fragmentação das políticas; os avanços em relação à uma atuação crítica e pautada na realidade também não se refletiu nos espaços

ocupacionais não acadêmicos tendo em vista que política neoliberal afeta também as condições de trabalho, com privatizações, precarização dos vínculos empregatícios e o desmonte da política pública. Vê-se então a política pública submetida aos interesses econômicos do Estado.

A relação visceral do Serviço Social com a política pública se apresenta não apenas nos aspectos históricos de sua gênese, nem como o seu maior espaço de intervenção, ela acaba também por se constituir no maior interesse na produção do conhecimento. Esta investigação chegou a resultados que mostram o grande interesse dos profissionais pelo eixo temático da Seguridade Social, resultado semelhante foi sinalizado Setubal (2007) ao afirmar que a maioria da produção de conhecimento do Serviço Social, a partir de trabalhos acadêmicos, tem como objeto de análise a política pública. Vale destacar que os eixos relacionados à categoria trabalho e à formação profissional, muito pesquisado pela academia, obtiveram resultados pouco significativos quando a análise parte da produção não acadêmica.

Acerca do tipo de trabalho que motivou a publicação houve uma equivalência entre os itens “Relato de experiência”, “Sistematização da prática”, e “Resultados de Pesquisa”. Houve pouca representação de trabalhos que traziam para o debate uma reflexão teórica. Sabe-se que o conhecimento está localizado social e historicamente, e que deve promover as condições para a superação de barreiras ao desenvolvimento social e humano. (BOURGUIGNON, 2008). No entanto, é sabido também que superar o nível da sistematização da prática profissional, é um grande desafio para a categoria, tendo em vista que produção do conhecimento no serviço social não é uma tarefa fácil, requer avançar na superação de limites impostos pelo processo de formação, pela complexidade das estratégias profissionais frente às demandas institucionais, pelas insuficientes políticas de incentivo e principalmente pelo ranço que reproduz a dicotomia entre os “que pensam” e os “que fazem”.

O que estava em investigação também pôde revelar foi o nível das produções não acadêmicas, tendo em vista que apenas 2% apresentam resumos estruturados conforme as normas da ABNT, classificados como resumos informativos, ou seja que apresentavam ao menos três dos quatro elementos essenciais (objetivo, metodologia, resultados e conclusões) para que se tenha elementos promovam o entendimento do assunto abordado, sem que seja necessária leitura do texto original.

Os problemas quanto à densidade teórica dos trabalhos publicados não foram alvo desta pesquisa, mas buscou-se conhecer minimamente qual a matriz teórica predominante, e o resultado permite inferir que há pouca apropriação da teoria que fundamenta o projeto profissional do Serviço Social, pois 89% não indicaram qual a perspectiva analítica utilizada no trabalho; e apenas 7% afirmaram que se basearam na perspectiva histórico/crítica/dialética. Pois é a partir da apropriação teórico-crítica que o profissional poderá, através de mediações, apreender a totalidade social, utilizando-se da pesquisa para conhecer as determinações da relação capital X trabalho na sociedade. Esse resultado é indicativo de que:

[...] é preciso reivindicar uma densa formação teórico-prática em nível de Serviço Social, ou seja, é necessário oferecer espaços de estudo que propiciem a apropriação crítica de textos originais também contidos nas fontes clássicas e, ao mesmo tempo, endossar uma formação impiedosamente sustentada na pesquisa de temas fincados na própria realidade. O produto deste trabalho deve retornar ao cotidiano profissional, ser “consumido” e criticado pelos próprios profissionais, subsidiando e aprimorando a intervenção dos mesmos. (JOSÉ FERNANDO, 2007, p.292)

Sobre as questões nortearam esta investigação, ressalto que os resultados respondem às mesmas, na medida em que o profissional que atua nos espaços ocupacionais não acadêmicos está recorrendo à dimensão investigativa, mesmo que ainda de forma muito incipiente e sem o adensamento teórico necessário para produzir conhecimentos que retratem a realidade, que subsidiem intervenções mais qualificadas, que garantam uma atuação crítica e propositiva e em consonância com o projeto ético-político. Em contrapartida, os resultados levam à constatação de que as produções oriundas dos espaços não acadêmicos não estão, majoritariamente, em consonância com a direção estratégica do projeto ético-político do Serviço Social, visto que, uma minoria sinalizou para a matriz teórica nos resumos, mas entre os que explicitaram tal informação, houve uma predominância da matriz hegemônica do Serviço Social, ou seja, a perspectiva histórico, crítico dialética. Sobre a forma como tem se apresentada. Isto também explica como o profissional tem refletido sobre sua intervenção, de forma sem adensamento teórico e sem o domínio do método dialético.

No tocante às hipóteses levantadas confirma-se a de que apesar de estabelecida a importância da dimensão investigativa nos documentos-base da profissão, os profissionais inseridos em espaços ocupacionais não acadêmicos carecem de melhor apropriação para a produção de conhecimento; e também se confirma que embora esteja ocorrendo um aumento no número de produções de assistentes sociais inseridos nesses espaços, persiste uma insuficiência significativa dessa produção. Essa afirmação traz um contexto bastante desanimador para a profissão, mas, contraditoriamente, também se revela estimuladora, no sentido de que mesmo diante das enormes dificuldades que são impostas à profissão para a produção do conhecimento, seja no âmbito acadêmico, que tem enfrentado os dilemas das teorias pós-modernas e da perspectiva produtivista, ou nos espaços ocupacionais não acadêmicos, cujo o desmonte das políticas públicas e a precarização das relações de trabalho dificultam o processo de formação continuada, tão necessário caso o assistente social qualificar sua intervenção.

O Projeto Ético Político do Serviço Social, fundamentado pela ontologia do ser social traz em seu bojo valores incompatíveis com o projeto societário em vigor. São esses valores que conferem o caráter desafiador à materialização desse projeto no cotidiano profissional e que tornam a pesquisa e a produção do conhecimento imprescindíveis para identificar os limites e possibilidades de atuação do assistente social.

[...] o conhecimento, como produto da pesquisa no Serviço Social, não é apenas uma realidade dada, que se expresse e se observe desde os primórdios da institucionalização e o reconhecimento social da profissão na sociedade brasileira. É o resultado de um caminhar, de um proceder histórico que se vem construindo e reconstruindo gradativamente e permanentemente não só no desempenho da prática acadêmica mas também no contexto da prática institucional, espaço que dá conta da concretude das demandas sociais, decorrentes dos problemas originários das diferentes dimensões estruturais, conjunturais do país, principalmente no âmbito político e econômico. (SETUBAL, p. 21, 2013)

O conhecimento produzido para além da academia possibilita uma prática qualificada, adequada à realidade social. Será necessário o estabelecimento de estratégias coletivas para minimizar o histórico distanciamento da prática e da teoria, de forma a possibilitar uma percepção amparada na totalidade, bem como a percepção de que o aspecto contraditório está nas relações sociais advindas das

sociedades capitalistas, bem como no exercício profissional, potencializando o aspecto reflexivo e crítico.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, L.; SANTOS, D. R. Serviço Social no Brasil: contextualizando a formação profissional. **Revista da FAPese**, Aracaju, v. VIII, 2006.

ARANHA, L. et.al. Público x mercantil no ensino superior em Serviço Social: um estudo dos desdobramentos da EaD para o mercado de trabalho dos assistentes sociais. São Cristóvão: PIBIC/UFS, 2015/2016.

BAPTISTA, M. V. **A investigação em Serviço Social**. São Paulo: Veras, 2006.

\_\_\_\_\_. **A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social**. São Paulo: Veras, 2008.

BAPTISTA, M.V; BATTINI, O. **A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção do conhecimento**. São Paulo: Veras, 2014.

BARBOSA, M. L.; QUINTANEIRO, T. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim, Weber**. 2 ed. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

BEHRING, E. R. **Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. XIII CBAS: divulgada lista de trabalhos aprovados. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/389>>. Acesso em: jul. 2016.

BRAZ, M. Notas sobre o Projeto ético-político do Serviço Social. In: Conselho Regional de Serviço Social 7ª Região- RJ. **Assistente Social: ética e direitos** - coletânea de leis e resoluções. Rio de Janeiro, 2006, p. 405-419.

CASTRO, M. M. **História do Serviço Social na América Latina**, 6 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

COHN, G. Introdução. **Max Weber: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1991.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. 13º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS). Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta, 2008-2011. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/manifesta>>. Acesso em mai.2016.

\_\_\_\_\_. Assistentes sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional, 2005. <[http://www.cfess.org.br/arquivos/perfilas\\_edicaovirtual2005.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/perfilas_edicaovirtual2005.pdf)>. Acesso em: mai.2016.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL (CRESS) - 7ª Região. Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social. In: **Assistente Social: ética e direitos** - coletânea de leis e resoluções. Rio de Janeiro, 2006, p. 362-400.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. In: **Assistente Social: ética e direitos**. Rio de Janeiro, 2006, p. 2006. p. 32-40.

ERENILZA. Serviço Social e Cidadania, 2010 . Disponível em:< <http://servicosocial-erenilza.blogspot.com.br/2010/07/historia-do-servico-social.html>>. Acesso em 25 de Junho de 2015.

FRAGA, C. K. **A atitude investigativa no trabalho do assistente social**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 101, jan-mar. 2010, p. 40-64.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 3 ed. Brasília: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: Conselho Federal de Serviço Social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009.

\_\_\_\_\_. O conhecimento crítico na reconstrução das demandas profissionais contemporâneas. In: BAPTISTA, M.V; BATTINI (orgs.). **A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção do conhecimento**. São Paulo: Veras, 2014.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. D. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 14. ed. São Paulo: CELATS, 2001.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. **Temporalis**. Brasília, n. 3, jan-jul 2001a, ano 2, p. 09-33.

\_\_\_\_\_. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LARA, R. **A produção do conhecimento em Serviço Social**: o mundo do trabalho em debate. São Paulo: UNESP, 2008.

LEITE, C. D. J. R. A. **O Serviço Social em xeque e a influência partidária e a volta do conservadorismo**. Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de filosofia e ciências humanas, Escola de Serviço Social, 2007.

MINAYO, M. C. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 4ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_. **O desafio do conhecimento**. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1994.

MOTA, A. E. Serviço Social Brasileiro: profissão e área do conhecimento. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 16, 2013, p. 17-27.

\_\_\_\_\_. Prefácio In: CARVALHO, D. B. B. D.; SILVA, M. O. D. S. E. (orgs.). **Serviço Social, Pós-Graduação e Produção de Conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 69-132.

MONTAÑO, C. Servicio Social e Intervención: la politización de la acción profesional. In: **Curso de Serviço Social 50: cinquenta anos em Alagoas**: educação, direitos e emancipação humana. Maceió, Edufal, 2008.

NETTO, J. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. O movimento de reconceitualização – 40 depois. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, ano XXVI, n. 84, nov. 2005, p. 5- 20,

\_\_\_\_\_. Razão, ontologia e práxis. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, ano XV, n. 44, abr. 1994, p. 26- 42,

NETTO, J. Transformações societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, ano XXI, n. 50, abr. 1996, p. 87-132.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao Estudo de Método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

\_\_\_\_\_. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). **Curso de Capacitação em Serviço Social**. Brasília, n. III, 1999.

RAICHELIS, R. O trabalho do assistente social na esfera estatal. In: Conselho Federal de Serviço Social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009.

RODRIGUES, J. A. Introdução:. In: F. Fernandes (org.). **Durkheim**. A Sociologia de Durkheim 9ª ed. p. 7-38. São Paulo: Ática, 2006.

ROMANOWSKI, J. P. ; E. R. T. As pesquisas denominadas do tipo "estado da arte" em educação. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n.19, set.-dez., 2006, p. 37-50.

SETUBAL, A. A. Desafios à Pesquisa no Serviço Social: da formação acadêmica à prática profissional. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 10, 2007, p. 64-72.

SETUBAL, A. A. **Pesquisa em Serviço Social: utopia e realidade**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico (23ª Revista e atualizada ed.). São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, J. F. S. D. Pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 6 n. 2, jul.-dez. 2007, p. 282-297.

SILVA, M. O. D. S. E. et al. A pesquisa, a produção e a divulgação de conhecimento dos programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social. In: CARVALHO, D. B. B. D.; SILVA, M. O. D. S. E. (orgs.). **Serviço Social, Pós-Graduação e Produção de Conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 69-132.

SIMIONATTO, I. Intelectualidade, política e produção do conhecimento: desafios ao Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 117, jan./mar. 2014, p. 7-21.

SPOSATI, A. Pesquisa e a Produção do Conhecimento no Campo do Serviço Social. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v.10, 2007, p. 15-25.

TONET, I. **Método Científico uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

KAMEYAMA, N. A Trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social: avanços e tendências (1995-1997). **Cadernos ABESS**. São Paulo, 1998, n. 8, p. 47-56.

PEREIRA, L. D. Mercantilização do ensino superior, educação a distância e Serviço Social. **Katálisis**. Florianópolis, n. 2, v. 12, jul. /dez, 2009, p. 268-277.